

PETRO RIO S.A.
CNPJ/ME nº 10.629.105/0001-68
NIRE 33.3.0029084-2
Companhia Aberta

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2021**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”), a administração da Petro Rio S.A. (“Companhia” ou “PetroRio”) vem apresentar a Proposta da Administração para os itens a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **20 de abril de 2021, às 17:00 horas**, no edifício da sede da Companhia, na Praia de Botafogo, 370, Botafogo, CEP 22250-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

ÍNDICE

Edital de Convocação <i>(Agenda da Assembleia)</i>	02
Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia <i>(Item 10 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	04
Proposta de Destinação dos Resultados <i>(Anexo-1-II – ICVM 481)</i>	56
Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração da Companhia para o Conselho Fiscal <i>(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	61
Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores <i>(Artigo 12 da ICVM 481 e Item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)</i>	64

Editais de Convocação
(Agenda da Assembleia)

PETRO RIO S.A.
CNPJ/ME nº 10.629.105/0001-68
NIRE 33.3.0029084-2
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Em complemento ao Fato Relevante publicado em 25 de março de 2021, informando aos acionistas da Petro Rio S.A. (“PetroRio” ou “Companhia”) e ao mercado em geral a respeito do adiamento da Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ficam os senhores acionistas da PetroRio convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 20 de abril de 2021, às 17:00 horas, no edifício da sede da Companhia, na Praia de Botafogo, nº 370, Botafogo, CEP 22250-040, na cidade e estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- b) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e
- c) Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social corrente.

Informações aos acionistas:

1. As informações e documentos previstos na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), em especial a proposta da administração referentes às matérias a serem deliberadas, estão disponíveis aos acionistas na sede social da PetroRio e nos websites da Companhia (www.petroriosacom.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (www.b3.com.br), nestes últimos através do sistema EmpresasNet. Os mesmos documentos em língua inglesa estarão disponíveis no sítio eletrônico da Companhia (www.petroriosacom.br).
2. De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, para ser admitido na Assembleia Geral, o acionista (ou seu representante legal) deverá apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do dia da realização da respectiva Assembleia Geral, os seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira

depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (b.1) para acionistas pessoa física: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); (b.2) para acionistas pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente notariado e consularizado ou apostilado, quando aplicável, e da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou afim, bem como cópias devidamente notariadas e consularizadas, ou apostiladas, ou originais dos documentos de identificação com foto de seus representantes legais; ou (b.3) cópia, notariada e consularizada ou apostilada quando aplicável, do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou outro, bem como cópias devidamente notariadas e consularizadas ou apostiladas e original dos documentos de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento.

3. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do dia da realização da referida Assembleia Geral, conforme determinam o caput e parágrafo 6º, do artigo 14, do Estatuto Social da PetroRio e o parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., o respectivo instrumento de mandato outorgado com antecedência máxima de 1 (um) ano em relação à data da Assembleia Geral, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas. As procurações outorgadas no exterior deverão ter as assinaturas notariadas e estar acompanhadas da respectiva consularização ou apostilamento e da tradução juramentada para a língua portuguesa.

4. Caso opte pelo voto a distância, o acionista deverá transmitir, até o dia 13 de abril de 2021 (inclusive), instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: (i) ao escriturador das ações da PetroRio; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço; ou, ainda (iii) diretamente à Companhia. Sem prejuízo, consoante o inciso I, do artigo 21-X da ICVM 481, os boletins de voto a distância recebidos nos termos do edital de convocação publicado em 1º de março de 2021 serão considerados válidos para fins de exercício de voto na assembleia objeto do presente edital de convocação. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM 481 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela PetroRio.

5. Não obstante o acima, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral munidos dos documentos listados neste Edital até o momento da abertura dos trabalhos na Assembleia Geral poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

6. Além das publicações da Companhia exigidas pela legislação brasileira e pelas normas da CVM a Companhia enviará por e-mail este Edital de Convocação acompanhado das propostas relativas às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral aos acionistas que solicitarem especificamente esses materiais. Os acionistas que desejarem exercer tal faculdade deverão enviar um e-mail para o endereço eletrônico do Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@petroriosa.com.br).

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2021.

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure
Presidente do Conselho de Administração

Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia
(Item 10 do Formulário de Referência – ICVM 480)

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando de outra forma indicado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* ou “IFRS”). As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia arquivadas junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), inclusive as Notas Explicativas a elas relativas. A análise da Administração acerca dos resultados obtidos e as razões para a flutuação de valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião em relação aos efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total e/ou passivo e patrimônio líquido nos exercícios e períodos aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06(R2) /

IFRS 16) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* ou “IASB”), respectivamente. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, reconhecendo inicialmente o montante de R\$ 1.061.452 mil, tanto no ativo de direito de uso quanto no passivo de encargos.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma de Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9) emitidas pelo CPC e IASB, respectivamente. A norma inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia adotou o novo preceito para as perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais e concluiu que não houve efeito relevante, incluindo na classificação dos instrumentos financeiros, para os quais também não houve impacto.

Por sua vez, também a partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma de Reconhecimento de Receita (CPC 47 IFRS 15) exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle de bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada.

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus e declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, estabeleceu um cenário novo, de elevada complexidade para a gestão empresarial em todos os setores da economia mundial. Para mais informações sobre os efeitos da pandemia nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide itens 3.3, 7.1, 7.9, 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.petroriosa.com.br/>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com o objetivo de assegurar o pagamento das novas aquisições de ativos concluídas em 2019 e 2020, bem como financiar o desenvolvimento dos reservatórios em Polvo e o *tieback* entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, a Companhia contratou novos financiamentos, otimizando desta forma a sua estrutura de capital.

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez geral e endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	ÍNDICE DE ESTRUTURA PATRIMONIAL		ÍNDICES DE SOLVÊNCIA	
	Capital de Terceiros / Capital Próprio ¹	Endividamento Geral ²	Liquidez Geral ³	Liquidez Corrente ⁴
31/12/2020	1,16x	0,54x	0,51x	0,86x
31/12/2019	1,54x	0,61x	0,46x	0,91x
31/12/2018	0,54x	0,35x	1,94x	2,79x

1 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

2 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total

3 (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

4 Ativo Circulante / Passivo Circulante

Considerando os valores calculados para os índices apresentados acima, a Administração considera que a Companhia se encontra com liquidez satisfatória e saúde financeira suficiente para atender as obrigações com terceiros e capital de giro.

O capital circulante líquido, apurado em 31 de dezembro de 2020 através da diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, totalizava um passivo circulante líquido de R\$ 308.034 mil, representando condições suficientes para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital circulante líquido foi um passivo circulante líquido de R\$ 156.693 mil, e ativo circulante líquido de R\$ 664.630 mil, respectivamente, representando condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

(b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia está apresentada abaixo:

R\$ mil	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
Capital Próprio	3.151.263	46,39%	2.165.101	39,44%	982.174	64,78%
Capital de Terceiros	3.641.570	53,61%	3.324.650	60,56%	534.006	35,22%
Total do passivo e Patrimônio líquido	6.792.833	100,00%	5.489.751	100,00%	1.516.180	100,00%

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.151,263 mil, comparado a R\$ 2.165.101 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 982.174 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento do patrimônio líquido de 46% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019 refere-se principalmente ao ajuste de conversão de investimento no exterior.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 46,4% de capital próprio (patrimônio líquido) e 53,6% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 39,4% de capital próprio e 60,6% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2018 era composta por 64,8% de capital próprio e 35,2% de capital de terceiros.

Em janeiro de 2019, com vigência a partir de 25 de março de 2019, a Companhia assinou um contrato no valor de US\$ 224 milhões com a Chevron como parte do financiamento da aquisição do ativo, com prazo de dois anos e custo de Libor + 3% ao ano. O financiamento está sendo pago em parcelas semestrais utilizando parte do fluxo de caixa do próprio ativo. A PetroRio estima que os esforços de redução de custos conduzidos pela equipe de Suprimentos da Companhia irão gerar uma sobra de caixa significativa após o serviço da dívida.

Em fevereiro, a Companhia assinou com o banco chinês ICBC um contrato de pré-pagamento à exportação no valor de US\$ 60 milhões, com prazo de quatro anos. O financiamento tem custo de Libor + 3% ao ano e inclui um Marketing Agreement com a PetroChina para comercialização da produção do Campo de Polvo ao longo da duração do contrato. Os valores levantados foram utilizados para melhorar a disponibilidade de caixa da Companhia, com aplicação principalmente na operação e na campanha de desenvolvimento do Campo de Polvo.

Em setembro, a PetroRio assinou contrato com o Citibank para antecipação de recebíveis no valor de US\$ 48 milhões com custo de Libor + 3% ao ano e prazo de 4 meses. O empréstimo atende às necessidades de capital de giro da Companhia, com a opção de replicar a operação com cargas futuras.

Por fim, a Companhia em dezembro de 2019 assinou um contrato de pré-pagamento à exportação com a Trafigura, de US\$ 47 milhões, prazo de 6 meses e custo de Libor + 2,75% ao ano, servindo como uma linha de financiamento de capital de giro e investimentos.

A Companhia utiliza o limite de crédito da conta do Credit Suisse para financiamento de custos de manutenção do Polvo e de capital de giro para as operações da Companhia. O prazo é atrelado à manutenção de aplicações financeiras no banco, que funcionam como lastro desta linha de crédito, que tem custo de Libor+1,9% ao ano, gerando R\$ 133 mil de despesa financeira no exercício de 2018.

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 contrato com a Finep para uma linha de crédito de R\$ 90 milhões com prazo de 10 anos, incluindo 2,5 anos de carência. O custo do financiamento é de TJLP + 1,5% ao ano. Até 31 de dezembro de 2019 foram liberados aproximadamente R\$ 54,1 milhões pela FINEP, com juros acumulados de R\$ 2,25 milhões.

Em outubro de 2014, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada e sem garantia, de colocação privada. Foram emitidas 4.359.624 debêntures, totalizando o R\$ 87,2 milhões. O prazo de conversão das debêntures em ações, a exclusivo critério dos debenturistas, teve início em outubro de 2015 sendo o vencimento em outubro de 2019. Das 4.359.624 debêntures emitidas, 99,9% foram convertidas em ações (4.356.405 debêntures, R\$ 87,2 milhões revertidos para o Capital Social), e o restante (3.219 debêntures), com o fim do prazo, foi liquidado em dinheiro nesta data, pelo montante de R\$ 64 mil.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes a compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, como esperado, tem mantido a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

Considerando a posição de liquidez, apresentada no subitem (a) deste item 10 acima, a Administração acredita que a Companhia possui recursos financeiros suficientes para cobrir os investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação se manterá.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo o banco chinês ICBC, o China Construction Bank, Banco Santander, Banco Fibra e FINEP.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 1.254 milhões, R\$ 439 milhões, R\$ 243 milhões e R\$ 48 milhões, respectivamente, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por aplicação de caixa líquido no montante de R\$ 522 milhões, geração de caixa líquido de R\$ 1.190 milhões, geração de caixa líquido de R\$ 121 milhões e geração de caixa líquido de R\$ 14 milhões, nos mesmos períodos.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando iniciativas de financiamento de capital de giro com bancos nacionais e internacionais, bem como emissão de linhas como o pré-pagamento de dívidas e rolagens de empréstimos, com o objetivo de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de

subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Em 30 de setembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 2.102 milhões (R\$ 1.646 milhões, R\$ 248 milhões e R\$ 75 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa, e totalizou R\$ 1.341 milhões em 30 de setembro de 2020 (dívida líquida de R\$ 908 milhões, caixa líquido de R\$ 488 milhões e caixa líquido no montante de R\$ 472 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

As principais características da dívida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda contratual	Taxa de Juros	Ano de Vencimento	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
		x % a.a.		2020	2019	2018	2017
Valores em milhares de R\$							
ICBC	(US\$ mil)	Libor + 3% a.a.	2023	229.210	230.829	-	-
Citibank	(US\$ mil)	Libor + 3% a.a.	2020	-	200.123	-	-
Trafigura	(US\$ mil)	Libor + 2,75% a.a.	2020	-	189.634	-	-
CCB	(US\$ mil)	5,65%a.a.	2021	149.592	94.802	-	-
FINEP	(R\$ mil)	TJLP + 1,5% a.a.	2028	54.318	54.313	25.767	-
Banco Fibra	(US\$ mil)	7,15% a.a.	2020	59.343	40.224	-	-
Bradesco	(US\$ mil)	3.20% a.a.	2021	28.716	8.172	-	-
Daycoval	(US\$ mil)	7,47% a.a.	2020	28.619	-	-	-
Santander	(US\$ mil)	Libor + 2,75% a.a.	2021	69.803	-	-	-
ABC	(R\$ mil)	5,4% a.a.	2020	-	-	-	10.690
C.E.F	(US\$ mil)	5,7% a.a.	2021	33.136	-	-	-
Chevron	(US\$ mil)	7%a.a.	2021	876.965	767.018	-	-
INPEX/Sojitz	(US\$ mil)		2020	-	60.461	-	-
Prisma Capital	(US\$ mil)	8,95% a.a.	2022	572.625	-	-	-

Credit Suisse	(R\$ mil)	Libor +1,9%	2018	-	-	222.388	64.321
Total				2.102.327	1.645.576	248.155	75.011

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2020:

Vencimento						(R\$ Mil)
2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
354.213	1.207.682	344.316	160.444	7.134	28.537	2.102.327

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 15 contratos de empréstimo e financiamento. Aproximadamente 97% das dívidas da Companhia estão denominadas em dólares norte-americanos, e o restante denominadas em reais.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia tinha o total em aberto no âmbito dos contratos de financiamento descritos abaixo no valor de US\$372,7 milhões (ou R\$ 2.102,3 milhões). Os contratos mais relevantes estão descritos abaixo.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha um endividamento de US\$372,7 milhões (ou R\$2.102,3 milhões) e US\$290,7 milhões (ou R\$1.645,6 milhões), respectivamente, conforme apresentado na tabela abaixo.

	em 30 de setembro de 2020		em 31 de dezembro de 2019	
	(US\$ milhões) ⁽¹⁾	(R\$ milhões)	(US\$ milhões) ⁽¹⁾	(R\$ milhões)
Financiamento Chevron ⁽¹⁾	155,5	877,0	135,0	767,0
Empréstimo-ponte da Prisma ⁽²⁾	101,5	572,6	—	—
Financiamentos ICBC ⁽³⁾	40,6	229,2	40,9	230,8
Outros financiamentos ⁽⁴⁾	75,1	423,5	114,8	647,8
Total	372,7	2.102,3	290,7	1.645,6

Notas Explicativas:—

- (1) O Financiamento Chevron refere-se à remuneração diferida devida para Chevron com relação à Aquisição Campo de Frade Chevron, que foi finalizada em 25 de março de 2019. De acordo com o cronograma de pagamento no dia 16 de junho de 2020, a Companhia deverá pagar o valor em aberto de US\$142 milhões (ou R\$838,8 milhões) (em 30 de setembro de 2020) em parcelas de US\$15 milhões, US\$30 milhões e US\$97 milhões em novembro de 2020 (já amortizado), maio de 2021 e novembro de 2021, respectivamente, com uma taxa de juros de 7% ao ano, conforme detalhado abaixo.
- (2) Em 30 de setembro de 2020, US\$101,5 milhões permanecem em aberto de acordo com o Empréstimo-ponte da Prisma, conforme melhor detalhado abaixo.
- (3) Os financiamentos ICBC incluem o Financiamento ICBC (que foi celebrado em fevereiro de 2019) e o Financiamento de curto prazo ICBC (que foi celebrado em dezembro de 2019). Em 30 de setembro de 2020, US\$ 31,3 milhões (ou R\$176,3 milhões) e US\$ 9,3 milhões (ou R\$52,9 milhões) permanecem em aberto de acordo com o Financiamento ICBC e o Financiamento de curto prazo de ICBC, respectivamente, conforme detalhado acima.
- (4) Outros financiamentos incluem acordos de financiamento que a Companhia celebrou com FINEP, CCB, Bradesco, Banco Fibra, Santander, Daycoval, ABC e CEF. No dia 30 de setembro de 2020 o valor US\$ 88,1

milhões permanece em aberto relacionado com os acordos de financiamento, conforme detalhado abaixo.

O terceiro ACC foi celebrado em novembro de 2019, no valor de, aproximadamente, US\$ 15,6 milhões a uma taxa de juros de 5,65% ao ano e um prazo de um ano. A sociedade tomadora para deste empréstimo é a PetroRio Jaguar. Este ACC é garantido por uma nota promissória da PetroRio Jaguar e uma garantia fidejussória da Companhia.

O quarto ACC foi celebrado em 06 de março 2020, no valor de, aproximadamente, US\$ 2,2 milhões a uma taxa de juros de 5,65% ao ano e um prazo de um ano. A sociedade tomadora deste empréstimo é a PetroRio White Shark. Este ACC é garantido por uma nota promissória da PetroRio White Shark e uma garantia fidejussória da Companhia.

O quinto ACC foi celebrado em junho de 2020 para pré-pagar o valor total pendente dos primeiro e segundo ACCs de US\$ 7,8 milhões a uma taxa de juros de 6,3% ao ano e um prazo de sete meses com consequente vencimento em fevereiro de 2021. A sociedade tomadora deste empréstimo é a PetroRio White Shark. Este ACC é garantido por uma nota promissória da PetroRio White Shark e uma garantia fidejussória da Companhia.

Os valores serão devidos na data de vencimento de acordo com cada ACC da CCB. A Companhia não está sujeita a quaisquer obrigações restritivas relevantes de acordo com quaisquer ACCs da CCB. Em 30 de setembro de 2020, US\$ 26 milhões (ou R\$ 149,6 milhões) permanecem pendentes de acordo com os ACCs da CCB.

Financiamento FINEP

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 contrato com a FINEP para uma linha de crédito de R\$ 90,5 milhões com prazo de 10 anos, incluindo 2,5 anos de carência. A sociedade tomadora é a Petro Rio O&G. O custo do financiamento é de TJLP acrescida de 1,0% ao ano. Até 30 de setembro de 2020 foram liberados aproximadamente R\$ 54.101 pela FINEP.

As amortizações deste financiamento serão feitas mensalmente após a expiração do período de carência. A Companhia não está sujeita a nenhuma obrigação financeira restritiva relevante de acordo com o Financiamento da FINEP, embora seja obrigada a fornecer à FINEP as informações periódicas sobre suas demonstrações financeiras e demandas ambientais.

A Companhia é obrigada a usar os recursos deste financiamento no redesenvolvimento do Campo de Polvo e, sujeita à aprovação da FINEP, do Campo de Frade. A PetroRio espera usar os recursos para implementar técnicas de enhanced oil recovery ou recuperação terciária ("EOR") e prorrogar a vida econômica de Polvo. O financiamento requer uma carta de fiança bancária que foi fornecida para o valor sacado.

O financiamento da FINEP é garantido por uma carta fiança bancária com o Banco Santander no valor integral do financiamento (dos quais a PetroRio depositou R\$ 16MM, ou 30% como cash colateral) pelo custo de 2% ao ano.

Em 30 de setembro de 2020, R\$ 54,3 milhões permanecem pendentes de acordo com o financiamento da FINEP, que vence em 15 de dezembro de 2028.

Empréstimo Fibra

A Companhia assinou em 06 de dezembro de 2019 contrato com o Banco Fibra S.A. – Grand Cayman Branch (“Banco Fibra”) para uma linha de crédito de US\$ 9,9 milhões com prazo de 1 ano e custo de 7,15% ao ano. A sociedade tomadora é a Petro Rio Luxemburgo S.à r.l.. A Companhia não está sujeita a quaisquer obrigações restritivas relevantes de acordo com o contrato de empréstimo e não há amortizações exigidas antes de seu vencimento. Este empréstimo é garantido por uma *standby letter of credit* emitida pelo Banco Fibra S.A. e garantia fidejussória da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 9.945 milhões (ou R\$ 59,3 milhões) permanecem pendentes de acordo com o Empréstimo do Fibra, que vence em 30 de novembro de 2020.

ACCs Bradesco

Ao longo de 2019 e 2020, a Companhia assinou três ACCs com o banco Bradesco, sendo que o primeiro já foi quitado no dia 20 de fevereiro de 2020.

O segundo ACC foi celebrado em 09 de março de 2020 no valor de US\$ 2 milhões a uma taxa de 3,20% ao ano e um prazo de um ano. A sociedade tomadora do segundo ACC é a PetroRio O&G.

O terceiro ACC foi celebrado em 09 de março de 2020 no valor de US\$ 3 milhões a uma taxa de juros de 3,20% ao ano e um prazo de um ano. A sociedade tomadora do terceiro ACC é a PetroRio White Shark. Este ACC é garantido por uma nota promissória da PetroRio White Shark e uma garantia fidejussória da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 5 milhões (ou R\$ 28,7 milhões) permanecem pendentes de acordo com os ACCs celebrados com o Bradesco.

Empréstimo Daycoval

A Companhia assinou em 14 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Daycoval para uma linha de crédito de US\$ 5 milhões com prazo de 46 meses e custo de 7,47% ao ano.

A sociedade tomadora do empréstimo é a PetroRio White Shark. O empréstimo do Daycoval está sujeito a uma taxa de juros de 7,47% ao ano. A Companhia não está sujeita a quaisquer obrigações restritivas relevantes de acordo com o empréstimo e não há amortizações exigidas antes de seu vencimento. Este empréstimo é garantido por uma nota promissória da PetroRio White Shark e uma garantia fidejussória da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 5,1 milhões (ou R\$ 28,6 milhões) permanecem pendentes de acordo com o Empréstimo do Daycoval.

Empréstimo Santander

A Companhia assinou em 28 de janeiro de 2020 contrato com o Banco Santander para uma linha de crédito de curto prazo no valor de US\$ 10 milhões com prazo de 4 meses.

A sociedade tomadora é a Petro Rio Jaguar. Em maio de 2020, a Companhia aumentou o valor tomado por empréstimo para US\$ 12 milhões e prorrogou o vencimento em quatro meses. O empréstimo do Santander incide juros a uma taxa de 5,32% ao ano. A Companhia não está sujeita a quaisquer obrigações restritivas relevantes de acordo com o empréstimo e não há amortizações exigidas antes de seu vencimento. Este empréstimo é garantido por uma nota promissória da PetroRio Jaguar e uma garantia fidejussória da Petro Rio O&G.

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 12 milhões (ou R\$ 69,8 milhões) permanecem pendentes de acordo com o Empréstimo do Santander.

Empréstimo CEF

A Companhia assinou em 06 de abril de 2020 contrato de empréstimo de curto prazo com a Caixa Econômica Federal no valor de US\$ 5.7 milhões (R\$ 30 milhões), com prazo de 1 ano e custo de 5,7% ao ano. A sociedade tomadora do empréstimo é a PetroRio O&G. A Companhia não está sujeita a quaisquer obrigações restritivas relevantes de acordo com o instrumento de empréstimo e não há amortizações exigidas antes de seu vencimento. Este empréstimo é garantido por uma nota promissória da PetroRio O&G e uma garantia fidejussória da Companhia

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 5,8 milhões (ou R\$ 33,1 milhões) permanecem pendentes de acordo com o Empréstimo da CEF, que vence em 01 de abril de 2021.

Financiamento Chevron

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2019 com vigência a partir de 25 de março de 2019, com a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC, um contrato para aquisição da Chevron Brasil Upstream Frade LTDA no valor de US\$ 224,0 milhões (ou R\$ 1.263,5 milhões), com prazo de dois anos.

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2019, com a Chevron Latin America Holdings Ltd., um contrato para aquisição da Chevron Frade LLC no valor de aproximadamente US\$ 128,4 milhões, com prazo de dois anos.

Os financiamentos têm custo de Libor + 3% ao ano. Em junho de 2020 foi assinado aditivo ao contrato alterando o prazo final dos contratos para novembro de 2021, com quitação em 3 parcelas, respectivamente, sendo a primeira em novembro de 2020 (já amortizada), a segunda em maio de 2021 e a última em novembro de 2021, com juros renegociados de 7% ao ano.

Empréstimo Ponte Prisma

A Companhia assinou em 27 de janeiro de 2020 contrato com uma sociedade do fundo Prisma Capital para um *bridge loan* no valor de US\$100 milhões ao custo de 8,95% ao ano.

O *bridge loan* é garantido por uma combinação *cash collateral*, equivalente a US\$ 46,8 milhões, e ações em tesouraria, avaliadas em US\$ 44,7 milhões em 30 de setembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, US\$ 101,5 milhões (ou R\$ 572,6 milhões) permanecem em aberto acordo com o empréstimo ponte do Prisma, que vence em setembro de 2020. Após o vencimento do *bridge loan* do Prisma, ambas as partes se comprometeram a celebrar um novo empréstimo *Project Finance* de longo prazo pelo Prisma à mesma taxa (8,95% ao ano), com prazo de três anos, pagamentos semestrais de juros, amortização do principal e um período de carência do principal de 18 meses.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

No período findo em 30 de setembro de 2020 e exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo carta fiança, contas restritas, ações e nota promissória.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há nos contratos de financiamento da Companhia cláusulas que a sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos. Alguns contratos preveem como hipótese de vencimento antecipado eventuais mudanças ou transferência do acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão. A Companhia cumpre todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

(g) Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía aproximadamente R\$90 milhões em linhas de crédito contratadas junto à FINEP, dos quais R\$54 milhões foram efetivamente desembolsados, valor que representa 60% desses contratos.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. O resultado consolidado da Companhia inclui os resultados das suas controladas Petro Rio O&G, Petrório USA e Petro Rio Internacional.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DRE (em R\$ mil)	2020		2019		2020 x 2019	
Receita líquida	1.904.185	100,00 %	1.644.346	100,00 %	259.839	15,80%
Custos dos produtos/serviços	(1.286.926)	-67,58%	(940.379)	-57,19%	(346.547)	36,85%
Resultado bruto	617.259	32,42%	703.967	42,81%	(86.708)	-12,32%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(471)	-0,02%	(595)	-0,04%	124	-20,84%
Despesas com pessoal	(37.853)	-1,99%	(48.245)	-2,93%	10.392	-21,54%
Despesas gerais e administrativas	(43.487)	-2,28%	(25.147)	-1,53%	(18.340)	72,93%
Despesas com serviços de terceiros	(46.242)	-2,43%	(34.519)	-2,10%	(11.723)	33,96%

Impostos e taxas	(16.378)	-0,86%	(11.130)	-0,68%	(5.248)	47,15%
Despesa de depreciação e amortização	(193.516)	-10,16%	(126.080)	-7,67%	(67.436)	53,49%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	663.437	34,84%	420.005	25,54%	243.432	57,96%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	942.749	49,51%	878.256	53,41%	64.493	7,34%
Despesas financeiras	(1.927.820)	-101,24%	(714.396)	-43,45%	(1.213.424)	169,85%
Receitas financeiras	1.469.151	77,15%	377.142	22,94%	1.092.009	289,55%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	484.080	25,42%	541.002	32,90%	(56.922)	-10,52%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(77.140)	-4,05%	(55.658)	-3,38%	(21.482)	38,60%
Imposto de renda e contribuição social diferido	45.973	2,41%	357.002	21,71%	(311.029)	-87,12%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	452.913	23,79%	842.346	51,23%	(389.433)	-46,23%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 1.904.185 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.644.346 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 15,8% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro								
	2020					2019			
	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Campo de Tubarão Martelo	Total	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade ⁽ⁿ⁾	Total
	(R\$ milhares)								
Receita bruta	565.676	76.567	1.019.549	256.005	1.917.797	690.686	109.246	865.816	1.665.748
Deduções	-	(13.612)	-	-	(13.612)	-	(20.747)	(655)	(21.402)
Receita líquida	565.676	62.955	1.019.549	256.005	1.904.185	690.686	88.499	865.161	1.644.346

(1) Receita líquida atribuível ao Campo de Frade reflete a consolidação dos resultados das operações do Campo de Frade atribuíveis à nossa participação de 51,74% de 25 de março de 2019 a 30 de setembro de 2019, após a aquisição da participação no Campo detida pela Chevron.

A receita líquida atribuível ao Campo de Polvo diminuiu de R\$ 690.686 mil para R\$ 565.676 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, respectivamente, principalmente como resultado de uma redução do número de barris vendidos, bem como preços mais baixos do petróleo durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A receita líquida atribuível ao Campo de Frade aumentou de R\$ 865.161 mil para R\$ 1.019.549 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente devido ao fato de os resultados das operações do Campo de Frade terem sido incluídos nos resultados consolidados de operações a partir de 25 de março de 2019, data de conclusão da aquisição pela Companhia de participação no Campo de Frade

detida pela Chevron. Além disso, adquirimos uma participação operacional adicional de 18,26% no Campo de Frade em outubro de 2019, o que aumentou a receita líquida atribuível ao Campo de Frade em 2020. O aumento na receita líquida foi ainda suportado por um aumento na produção como resultado das obras de vários poços de acordo com o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade.

A receita líquida atribuível ao Campo de Manati diminuiu de R\$ 88.499 mil para R\$ 62.955 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente pela redução nas vendas de gás em 2020. Essa redução nas vendas foi por sua vez impulsionada pela baixa demanda por gás no Brasil devido à pandemia do COVID-19.

CUSTOS TOTAIS

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.286.926 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 940.379 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 36,85%, ou R\$ 346.547 mil em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de barris vendidos e à despesas com depreciação e amortização. Adicionalmente, a Companhia registrou custo de R\$ 62.500 mil referente à compra de óleo para revenda, derivado da aquisição de 80% de participação do Campo de Tubarão Martelo. O óleo foi adquirido do antigo operador (Dommo) e revendido no mercado externo.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2020	2019
	<i>(R\$ milhares)</i>	
FPSO/Plataforma	(28.742)	(33.512)
Logística	(63.225)	(73.362)
Consumíveis	(115.056)	(101.799)
Operação e Manutenção	(108.078)	(105.088)
Pessoal	(69.815)	(55.983)
SMS	(7.344)	(10.133)
Outros custos	(72.165)	-
Compra de óleo para revenda	(48.581)	(33.844)
Royalties e participação especial	(152.555)	(143.780)
Amortização – CPC 06 (R2)	(137.774)	(134.253)
Depreciação e amortização	(483.591)	(248.625)
Total	<u>(1.286.926)</u>	<u>(940.379)</u>

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 617.259 mil e de R\$ 703.967 mil em 2019. A variação negativa de R\$ 86.708 mil ocorreu face às razões acima expostas

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica reduziram em R\$124 mil, ou 20,84%, do valor de R\$595 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$471 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente à campanha de perfuração em Polvo realizada em 2019.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram reduzidas em R\$10.392 mil, ou 21,54%, de R\$48.245 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$37.853 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente aos custos de desligamentos ocorridos em 2019 em função da aquisição do Campo de Frade e aos planos de remunerações para funcionários convertidos em ações com taxa mais alta em 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$18.340 mil, ou 72,93%, de R\$25.147 no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$43.487 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição de Tubarão Martelo.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram em R\$11.723 mil, ou 33,96%, de R\$34.519 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$46.242 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Tubarão Martelo.

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram em R\$5.248 mil, ou 47,15%, de R\$11.130 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$16.378 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente

por impostos de remessas ao exterior dos seguros contratados e renovados em 2020, que tiveram a inclusão do Campo de Tubarão Martelo e do FPSO OSX3.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas depreciação e amortização totalizaram R\$ 193.516 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 126.080 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 53,49% decorreu principalmente ao fato de estar sendo considerada a amortização cheia do Campo de Frade (pois como Jaguar foi adquirida em 25 de março de 2019 e White Shark em 01 de outubro de 2019, no exercício encerrado em 31 de dezembro 2019 a amortização estará menor em comparação a 2020) bem como a amortização do FPSO que opera o Campo de Tubarão Martelo (OSX-3), o qual foi adquirido em 03 de fevereiro de 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de R\$ 420.005 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 663.437 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal incremento decorreu principalmente da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e redução da provisão de abandono de Frade através de novo estudo realizado e aprovado em 2020.

Receitas Financeiras

Receitas financeiras incluem receita de juros, receita de hedge e variações de taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa. Essas receitas aumentaram em R\$1.092.009 mil, ou 290%, de R\$377.142 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.469.151 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da variação da taxa de câmbio e dos contratos de opção de venda realizados para a proteção da receita da Companhia (*hedge*).

Despesas Financeiras

Despesas financeiras incluem juros derivados dos empréstimos bancários, empréstimos de capital de giro e arrendamentos financeiros, taxas de letra de crédito, variações de taxa de câmbio na dívida, provisões de abandono e obrigações de arrendamento. Essas despesas aumentaram em R\$1.213.424 mil, ou 169,85%, de R\$714.396 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de

2019 para R\$ 1.927.820 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à variação da taxa de câmbio na dívida, passivos de arrendamento, provisões de descomissionamento, despesa financeira na dívida pela Aquisição do Campo de Frade.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 484.080 mil em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 541.002 mil em 31 de dezembro de 2019.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram R\$332.511 mil, de receita de R\$301.344 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$31.167 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de impostos de renda diferidos derivados da Aquisição do Campo de Frade em 2019.

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 452.913 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 842.346 mil em 31 de dezembro de 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

DRE (em R\$ mil)	2019		2018		2019 x 2018	
		100,00				
Receita líquida	1.644.346	%	848.920	100,00%	795.426	93,70%
Custos dos produtos/serviços	(940.379)	-57,19%	(524.489)	-61,78%	(415.890)	79,29%
Resultado bruto	703.967	42,81%	324.431	38,22%	379.536	116,99%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(595)	-0,04%	(2.560)	-0,30%	1.965	-76,76%
Despesas com pessoal	(48.245)	-2,93%	(54.478)	-6,42%	6.233	-11,44%
Despesas gerais e administrativas	(25.147)	-1,53%	(19.305)	-2,27%	(5.842)	30,26%
Despesas com serviços de terceiros	(34.519)	-2,10%	(33.751)	-3,98%	(768)	2,28%

Impostos e taxas	(11.130)	-0,68%	(5.547)	-0,65%	(5.583)	100,65%
Despesa de depreciação e amortização	(126.080)	-7,67%	(2.330)	-0,27%	(123.750)	n.m
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	420.005	25,54%	(19.845)	-2,34%	439.850	n.m
Resultado operacional antes do resultado financeiro	878.256	53,41%	186.615	21,98%	691.641	370,62%
Despesas financeiras	(714.396)	-43,45%	(265.815)	-31,31%	(448.581)	168,76%
Receitas financeiras	377.142	22,94%	316.685	37,30%	60.457	19,09%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	541.002	32,90%	237.485	27,97%	303.517	127,80%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(55.658)	-3,38%	(42.969)	-5,06%	(12.689)	29,53%
Imposto de renda e contribuição social diferido	357.002	21,71%	11.780	1,39%	345.222	n.m
Lucro(prejuízo) do exercício	842.346	51,23%	206.296	24,30%	636.050	308,32%

RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida aumentou em R\$795.426 mil, ou 94%, de R\$848.920 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.644.346 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano, atribuído à Aquisição do Campo de Frade, por uma participação exploratória de 70% no Campo de Frade, concluído em duas partes durante 2019.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro							
	2019				2018			
	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Total	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Total
	(R\$ milhares)							
Receita bruta	690.686	109.246	865.816	1.665.748	738.333	139.366	—	877.699
Deduções	—	(20.747)	(655)	(21.402)	—	(28.779)	—	(28.779)
Receita líquida	690.686	88.499	865.161	1.644.346	738.333	110.587	—	848.920

Das receitas líquidas totais da Companhia, 52,6% foram originados da venda do óleo de Frade, o qual contribuiu para o crescimento de 64,6% no volume produzido em 2019 em comparação ao ano anterior. Não houve receita líquida atribuível ao Campo de Frade no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, pois a Companhia ainda não tinha adquirido a participação exploratória no Campo de Frade. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida atribuível ao Campo de Frade foi de R\$865.161 mil, principalmente em consequência da Aquisição de uma participação Campo de Frade, por uma participação exploratória de 70% no Campo de Frade,

concluída em duas transações durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A receita líquida atribuível ao Campo de Polvo diminuiu de R\$738.333 mil para R\$690.686 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente, principalmente por causa do declínio natural do Campo de Polvo durante 2019, após um período de aumento de produção durante o exercício social findo em 2018 em consequência da campanha de perfuração do Campo de Polvo de 2018.

Polvo foi responsável por 42% da receita líquida do ano. A eficiência operacional no período foi de 90,3%, que inclui o *downtime* devido à parada do FPSO Polvo e à troca de bombas não compreendido no escopo da Campanha de Perfuração deste ano. Estas intervenções impactaram a produção de alguns poços, que foram desligados durante os procedimentos, resultando em uma queda na média diária da produção do Campo.

A receita líquida atribuível ao Campo de Manati, referentes à participação de 10% da Companhia no consórcio de gás natural, diminuiu de R\$110.587 mil para R\$88,499 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente, principalmente como consequência da baixa demanda de gás no contrato firme de compra com a Petrobras. O volume de gás líquido vendido no ano foi de 2.273 boepd, 26% abaixo do ano anterior devido principalmente à demanda acima do previsto no contrato de *take-or-pay* durante o ano anterior.

CUSTOS TOTAIS

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2019	2018
	(R\$ milhares)	
FPSO/Plataforma.....	(33.512)	(146.117)
Logística	(73.362)	(51.502)
Consumíveis	(101.799)	(77.241)
Operação e Manutenção.....	(105.088)	(56.692)
Pessoal	(55.983)	(14.026)
SMS.....	(10.133)	(12.566)
Outros custos.....	(33.844)	(19.553)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2019	2018
Royalties e participação especial.....	(143.780)	(76.660)
Amortização – CPC 06 (R2).....	(134.253)	—
Depreciação e amortização.....	(248.625)	(70.132)
Total.....	(940.379)	(524.489)

Custos dos produtos/serviços aumentaram em R\$415.890 mil, ou 79%, de R\$524.489 mil no exercício em 31 de dezembro de 2018 para R\$940.379 mil no exercício em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente à aquisição de 70% no Campo de Frade concluída em duas partes em 2019, que foi parcialmente compensada pelas reduções de custo realizadas no Campo de Frade após a Companhia se converter em sua operadora em março de 2019, devido à redução no número de navios fornecedores, a consolidação de agendamento de viagens de helicópteros para e do Campo de Frade e áreas de suporte ao porto, entre outros.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 703.967 mil e de R\$ 324.431 mil em 2018. A variação positiva de R\$ 379.536 mil ocorreu face às razões acima expostas.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica diminuíram em R\$1.965 mil, ou 77%, do valor de R\$2.560 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o valor de R\$595 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deve-se principalmente à Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2018.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram reduzidas em R\$6.233 mil, ou 11%, de R\$54.478 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$48.245 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta leve redução deve-se

principalmente a uma revisão da contagem dos funcionários após a aquisição pela Companhia da participação detida pela Chevron no Campo de Frade e planos de remunerações para funcionários convertidos em ações na sua taxa mais alta.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$5.842 mil, ou 30%, de R\$19.305 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$25.147 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Frade, que inclui despesas com os conselheiros da aquisição, custos administrativos e custos com software, entre outros.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram em R\$768 mil, ou 2%, de R\$33.751 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$34.519 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a Aquisição do Campo de Frade, parcialmente compensado pelas reduções de custo durante o ano.

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram em R\$5.583 mil, ou 101%, de R\$5.547 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 11.130 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela retenção de impostos pagos no contrato de arrendamento da PetroRio Jaguar.

Despesas de Depreciação e Amortização

As Despesas de depreciação e amortização aumentaram em R\$123.750 mil, de R\$2.330 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$126.080 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente à implementação do IFRS 16 em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas incluem receitas e despesas não operacionais, como reivindicação de reservas de contingências e despesas

incorridas de atividades que não estão relacionadas com as principais operações. Essas receitas aumentaram em R\$439.850 mil, de um valor negativo de R\$19.845 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$420.005 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu principalmente do efeito, não-caixa, do ganho sobre as aquisições das entidades detentoras de 51,74% e 18,26% no Campo de Frade, bem como o FPSO atuando no Campo. O impacto destas aquisições foi parcialmente compensado pelo efeito, também não-caixa, da revisão anual de provisões referentes a contingências fiscais, perda parcial de arbitragem com a Tuscany (ver ITRs 1Q15 e 2Q17) e perda sobre ativos não circulantes, atribuída à duas sondas helitransportáveis disponíveis para venda.

Receitas Financeiras

Receitas financeiras incluem receita de juros, receita de hedge e variações de taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa. Essas receitas aumentaram em R\$60.457 mil, ou 19%, de R\$316.685 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$377.142 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa.

Despesas Financeiras

Despesas financeiras incluem juros derivados dos empréstimos bancários, empréstimos de capital de giro e arrendamentos financeiros, taxas de letra de crédito, variações de taxa de câmbio na dívida, abandono de provisões e obrigações de arrendamento. Essas despesas aumentaram em R\$448.581 mil, ou 169%, de R\$265.815 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$714.396 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se principalmente à variação da taxa de câmbio na dívida, passivos de arrendamento, provisões de descomissionamento, despesa financeira na dívida pela Aquisição do Campo de Frade. Adicionalmente, em decorrência da adoção aos procedimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o custo de arrendamento operacional passou a ser incorporado no resultado financeiro como uma despesa de juros do arrendamento, aumentando a despesa financeira em R\$ 448.581 mil.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 541 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 237 milhões em 31 de dezembro de 2018.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos variaram R\$332.533 mil, de despesa de R\$31.189 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma receita de R\$301.344 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de impostos de renda diferidos derivados da Aquisição do Campo de Frade.

LUCRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 842.346 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 206.296 mil em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Apresentamos a seguir as variações ocorridas no balanço patrimonial da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	AH%
ATIVO					
Circulante	1.772.976	26,10%	1.513.090	27,56%	17,18%
Caixa e equivalentes de caixa	809.273	11,91%	459.396	8,37%	76,16%
Títulos e Valores Mobiliários	22.793	0,34%	226.301	4,12%	-89,93%
Caixa restrito	49.996	0,74%	52.223	0,95%	-4,26%
Contas a receber	386.165	5,68%	374.598	6,82%	3,09%
Estoque de Óleo	186.160	2,74%	120.101	2,19%	55,00%
Estoque de Consumíveis	8.506	0,13%	5.373	0,10%	58,31%
Instrumentos financeiros	14.926	0,22%	9.354	0,17%	59,57%
Tributos a recuperar	124.321	1,83%	116.773	2,13%	6,46%
Adiantamento a fornecedores	58.245	0,86%	52.171	0,95%	11,64%
Adiantamento a parceiros	86.997	1,28%	86.278	1,57%	0,83%
Despesas antecipadas	25.594	0,38%	10.333	0,19%	147,69%
Outros créditos	-	0,00%	189	0,00%	0,00%
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	68.439	1,01%	-	0,00%	0,00%
Não circulante	4.951.418	72,89%	3.976.661	72,44%	24,51%
Adiantamento a fornecedores	12.596	0,19%	12.596	0,23%	0,00%
Depósitos e cauções	20.317	0,30%	27.249	0,50%	-25,44%
Tributos a recuperar	32.848	0,48%	32.384	0,59%	1,43%
Tributos diferidos	199.942	2,94%	160.313	2,92%	24,72%
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	369.836	5,44%	452.067	8,23%	-18,19%
Imobilizado	3.359.013	49,45%	2.602.523	47,41%	29,07%
Intangível	956.866	14,09%	689.529	12,56%	38,77%
Total do ativo	6.792.833	100,00%	5.489.751	100,00%	23,74%

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante	2.152.098	31,68%	1.669.783	30,42%	28,88%
Fornecedores	236.889	3,49%	87.232	1,59%	171,56%
Obrigações trabalhistas	54.857	0,81%	39.359	0,72%	39,38%
Tributos e contribuições sociais	87.741	1,29%	83.441	1,52%	5,15%
Empréstimos e Financiamentos	1.519.966	22,38%	1.224.306	22,30%	24,15%
Adiantamento de parceiros	-	0,00%	40	0,00%	0,00%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	252.645	3,72%	223.049	4,06%	13,27%
Outras obrigações	-	0,00%	12.356	0,23%	-
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	(2.649)	-0,04%	-	0,23%	0,00%
Não circulante	1.492.121	21,97%	1.654.867	30,14%	-9,83%
Fornecedores	13.640	0,20%	13.233	0,24%	3,08%
Empréstimos e Financiamentos	389.753	5,74%	421.270	7,67%	-7,48%
Provisão para abandono de instalações	638.504	9,40%	763.633	13,91%	-16,39%

Provisão para contingências	75.809	1,12%	65.613	1,20%	15,54%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	373.455	5,50%	389.433	7,09%	-4,10%
Outras obrigações	960	0,01%	1.685	0,03%	-43,03%
Participações dos minoritários	849	0,01%	759	0,01%	11,86%
Patrimônio líquido	3.150.414	46,38%	2.164.342	39,43%	45,56%
Capital Social Realizado	3.326.900	48,98%	3.316.411	60,41%	0,32%
Reservas de Capital	321.359	4,73%	228.027	4,15%	40,93%
Ajuste acumulado de conversão	579.820	8,54%	150.335	2,74%	285,69%
Prejuízos acumulados	(1.530.431)	-22,53%	(2.372.777)	-43,22%	-35,50%
Resultado do período	452.766	6,67%	842.346	15,34%	-46,25%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.792.833	100,00%	5.489.751	100,00%	23,74%

Ativo

Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.772 milhões e de R\$ 1.513 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 259 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Caixa e equivalente de caixa: O aumento nesta rubrica pode ser explicado pela manutenção nestes instrumentos de liquidez imediata dos valores referentes às vendas ocorridas em dezembro e que foram recebidos nos últimos dias do ano de 2020.

Estoque de óleo: O aumento decorre da redução de quantidade de óleo vendida durante 2020.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.951 milhões e de R\$ 3.977 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 974 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Imobilizado

O Imobilizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.359 milhões e de R\$ 2.603 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, impactado principalmente pela aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Intangível

O Intangível no exercício de 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 957 milhões e de R\$ 690 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 267 milhões é decorrente basicamente da aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Passivo

Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.152 milhões e de R\$ 1.670 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 482 milhões ocorreu basicamente pela captação de novos empréstimos e pela aquisição do campo de Tubarão Martelo.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.492 milhões e de R\$ 1.655 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação ocorreu, basicamente, pela realização de novo estudo de abandono para o Campo de Frade, aprovado pela ANP, que reduziu a provisão para abandono.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (incluindo participações de minoritários) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.151 milhões e de R\$ 2.165 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 986 milhões deve-se basicamente ao ajuste acumulado de conversão das investidas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
ATIVO					
Circulante	1.513.090	27,56%	1.035.616	68,30%	46,11%
Caixa e equivalentes de caixa	459.396	8,37%	186.993	12,33%	145,68%
Títulos e Valores Mobiliários	226.301	4,12%	607.441	40,06%	-62,75%
Caixa restrito	52.223	0,95%	11.628	0,77%	349,11%
Contas a receber	374.598	6,82%	34.932	2,30%	972,36%
Estoque de Óleo	120.101	2,19%	56.214	3,71%	113,65%

Estoque de Consumíveis	5.373	0,10%	2.084	0,14%	157,82%
Instrumentos financeiros	9.354	0,17%	-	0,00%	0,00%
Tributos a recuperar	116.773	2,13%	67.011	4,42%	74,26%
Ativo não circulante disponível para venda	-	0,00%	26.581	1,75%	-100,00%
Adiantamento a fornecedores	52.171	0,95%	37.949	2,50%	37,48%
Adiantamento a parceiros	86.278	1,57%	2.922	0,19%	n.m%
Despesas antecipadas	10.333	0,19%	1.659	0,11%	522,85%
Outros créditos	189	0,00%	202	0,01%	-6,44%
Não circulante	3.976.661	72,44%	480.564	31,70%	727,50%
Adiantamento a fornecedores	12.596	0,23%	12.596	0,83%	0,00%
Depósitos e cauções	27.249	0,50%	19.621	1,29%	38,88%
Tributos a recuperar	32.384	0,59%	25.711	1,70%	25,95%
Tributos diferidos	160.313	2,92%	11.340	0,75%	n.m
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	452.067	8,23%	-	0,00%	0,00%
Imobilizado	2.602.523	47,41%	270.347	17,83%	862,66%
Intangível	689.529	12,56%	140.949	9,30%	389,20%
Total do ativo	5.489.751	100,00%	1.516.180	100,00%	262,08%

(Em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante	1.669.783	30,42%	370.986	24,47%	350,09%
Fornecedores	87.232	1,59%	73.258	4,83%	19,08%
Obrigações trabalhistas	39.359	0,72%	14.923	0,98%	163,75%
Tributos e contribuições sociais	83.441	1,52%	37.010	2,44%	125,46%
Empréstimos e Financiamentos	1.224.306	22,30%	-	0,00%	0,00%
Debêntures	-	0,00%	222.437	14,67%	450,41%
Adiantamento de parceiros	40	0,00%	306	0,02%	-100,00%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	223.049	4,06%	6.792	0,45%	-99,41%
Outras obrigações	12.356	0,23%	16.260	1,07%	-24,01%
Não circulante	1.654.867	30,14%	163.020	10,75%	915,13%
Fornecedores	13.233	0,24%	13.413	0,88%	-1,34%
Empréstimos e Financiamentos	421.270	7,67%	25.718	1,70%	n.m
Debêntures	-	0,00%	69.366	4,58%	-100,00%
Provisão para abandono de instalações	763.633	13,91%	36.438	2,40%	n.m
Provisão para contingências	65.613	1,20%	17.441	1,15%	276,20%
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	389.433	7,09%	-	0,00%	0,00%
Outras obrigações	1.685	0,03%	644	0,04%	161,65%

Participações dos minoritários	759	0,01%	-	0,00%	n.m
Patrimônio líquido	2.164.342	39,43%	982.174	64,78%	120,36%
Capital Social Realizado	3.316.411	60,41%	3.273.114	215,88%	1,32%
Reservas de Capital	228.027	4,15%	67.094	4,43%	239,86%
Ajuste acumulado de conversão	150.335	2,74%	94.057	6,20%	59,83%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,00%	(79.314)	-5,23%	-100,00%
Prejuízos acumulados	(2.372.777)	-43,22%	(2.579.073)	-170,10%	-8,00%
Resultado do exercício	842.346	15,34%	206.296	13,61%	308,32%
Total do passivo e patrimônio líquido	5.489.751	100,00%	1.516.180	100,00%	262,08%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.513 milhões e de R\$ 1.036 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 477 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa: Excepcionalmente em dezembro de 2019, com a iminência da aquisição do FPSO OSX-3, foram mantidos nestes instrumentos de liquidez imediata, valores necessários para a conclusão da integral da operação, que aconteceu em fevereiro de 2020 com parte dos recursos financiados.

Títulos e valores mobiliários: A variação dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários se deu principalmente pela necessidade de caixa para a realização das aquisições ocorridas durante o exercício de 2019. Parte deste montante ficou alocado em caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.977 milhões e de R\$ 481 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 3.496 milhões ocorreu, principalmente pela variação nas rubricas abaixo:

Imobilizado

O Imobilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.603 milhões e de R\$ 270 milhões em 2018, impactado principalmente pela aquisição do Campo de Frade. Desta forma, a Companhia passou a consolidar 70% dos ativos relacionados ao campo, que contemplam, além dos gastos relacionados aos poços produtores, o FPSO Frade e todos os

equipamentos submarinos. Adicionalmente, o consórcio de Frade, se preparando para a Plano de Revitalização do Campo, adquiriu materiais e equipamentos, que se encontram classificados como ativos andamento, bem como equipamentos do FPSO e submarinos, que aguardam a perfuração de novos poços para a entrada em operação. Além disso, foram reclassificadas as contas de ativos de desenvolvimento, sobressalentes de emergências e custos de manutenção de poços do intangível para o imobilizado. Vale também mencionar o impacto do reflexo do ajuste de provisão e abandono passiva em função da taxa de desconto utilizada, de 3% ao ano sem spread de risco em todos os campos para 5,44% ao ano em Polvo e Manati, e 5,59% em Frade. Por fim, os laudos de avaliação do preço pago na aquisição e Frade foram reemitidos pela empresa contratada para realizá-los, em função de uma duplicidade no passivo de abandono do balanço a valor justo, alterando o montante e mais-valia e deságio na operação.

Intangível

O Intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 690 milhões e de R\$ 141 milhões em 2018. Aumento de R\$ 549 milhões decorrente basicamente da aquisição, através da sua controlada indireta Lux Holding, de 100% das ações de Jaguar, Frade, White Shark e IONC.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.670 milhões e de R\$ 371 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.299 milhões ocorreu basicamente pela captação de novos empréstimos, além do efeito da adoção dos procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS que trata sobre as operações de arrendamento mercantil.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.655 milhões e de R\$ 163 milhões em 2018. A variação ocorreu, basicamente, pela captação de novos empréstimos no valor de R\$ 396 milhões, pelo efeito de R\$ 389 milhões em decorrência da adoção dos procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS e pelo incremento de R\$ 727 milhões na provisão para abandono em função da aquisição do Campo de Frade correspondendo à participação de 70% da Companhia, além da revisão da taxa de desconto utilizada, de 3% ao ano sem spread de risco em todos os campos para 5,44% ao ano em Polvo e Manati e 5,59% ao ano em Frade.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (incluindo participações de minoritários) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.165 milhões e de R\$ 982 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.182 milhões deve-se basicamente à conversão de debêntures em ações, ao exercício de opções de ações outorgadas aos colaboradores e à liquidação dos fundos de investimento que estavam classificados como disponíveis para venda, transferindo a marcação a mercado para o resultado financeiro.

FLUXO DE CAIXA

A condição financeira e liquidez da Companhia são e continuarão sendo influenciadas por diversos fatores, incluindo:

- mudanças no preço do petróleo e gás natural e sua capacidade gerar fluxos de caixa derivados das suas operações;
- seus requisitos de investimentos para suas operações de desenvolvimento e produção; e
- o nível do seu endividamento pendente e os juros que é obrigada a pagar com relação a essa dívida.

As principais fontes de liquidez da Companhia tem sido historicamente contribuições de patrimônio líquido, financiamento de dívidas, incluindo empréstimos bancários de longo prazo, e caixa gerado pelas suas operações. No passado, a Companhia também celebrou contratos de pagamento antecipado e de compra mínima garantida.

A Companhia pretende cumprir com os requisitos de caixa durante o ano de 2021 por meio de fluxo de caixa de operações existente e saldo disponível. O fluxo de caixa operacional da Companhia pode diminuir devido a eventos imprevisíveis, incluindo restrições de entrega ou uma queda prolongada dos preços do petróleo e gás, a Companhia pode examinar as medidas como reduções adicionais dos programas de investimentos, contratos de pagamento antecipado de petróleo, disposição de bens ou emissão de ações, entre outros.

Os ajustes de conversão apresentados nos fluxos de caixa se referem à conversão dos saldos de caixa dos balanços de empresas que estão no exterior e não tem como moeda funcional o Real. Não se trata de uma entrada ou saída efetiva de caixa, e sim um ajuste de tradução de demonstrações financeiras para o Real.

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(Em milhares de R\$, exceto %)

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	2020	2019	AH%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	1.617.546	439.049	268,42%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(585.142)	(1.377.686)	-57,53%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	(713.295)	1.192.303	-159,82%
Ajuste de conversão	30.767	18.738	64,20%
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa	349.876	272.404	28,44%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi um caixa gerado de R\$ 1.617.546 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$439.049 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo a variação de R\$ 1.178.497 mil. Os maiores impactos decorrem da geração de caixa da Jaguar, adquirida em março de 2019 que em 2019 só incluiu seis meses, da aquisição de White Shark, que não influenciou o fluxo de 2019 por ter sido concluída em outubro de 2019, e Tubarão Martelo, adquirido em agosto de 2020, além do impacto da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e pelo incremento dos compromissos.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 585.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 1.377.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação de R\$ 793.544 mil decorreu principalmente do desembolso para a aquisição do Campo de Frade em 2019, minimizado parcialmente pelo aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários em função da necessidade de caixa para fazer frente às aquisições ocorridas durante o ano de 2019.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 713.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e uma geração de caixa de R\$ 1.192.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação

negativa de R\$ 1.905.598 mil ocorreu principalmente em função da captação de empréstimos em 2019 e quitação de empréstimos e financiamentos em 2020.

(Em milhares de R\$, exceto %)

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	2019	2018	2017
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	439.049	243.304	48.140
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(1.377.686)	(278.309)	3.570
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	1.189.756	121.033	13.860
Ajuste de conversão	21.285	8.520	2.082
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	272.404	94.548	67.652

Geral

No ano de 2019, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido nos Campos de Frade e Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber, bem como dos empréstimos e financiamentos. As saídas de caixa referem-se principalmente aos gastos na aquisição de novos ativos.

No ano de 2018, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber. As saídas de caixa referem-se principalmente aos custos de produção do Campo de Polvo e de Manati e despesas operacionais.

No ano de 2017, as entradas de recursos no caixa da Companhia decorreram, principalmente, das receitas provenientes da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e de gás natural produzido no Campo de Manati, conforme mencionado nas variações do contas a receber. As saídas de caixa referem-se principalmente aos custos de produção do Campo de Polvo e de Manati e despesas operacionais.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$439 milhões, em comparação com R\$243 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$196 milhões deve-se principalmente ao alto volume de barris vendidos em 2019, devido a Aquisição do Campo de Frade.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 1.378 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 278 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação de R\$ 1.099 milhões decorreu principalmente do desembolso para a aquisição do Campo de Frade, minimizado parcialmente pelo aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários em função da necessidade de caixa para fazer frente às aquisições ocorridas durante o ano de 2019.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.190 milhões, comparado ao valor R\$121 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 1.069 milhões deve-se principalmente ao valor de financiamento do ofertante "*vendor finance*" na Aquisição Campo de Frade Chevron.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido nos Campos de Polvo (30%), Frade (54%) e Tubarão Martelo (13%) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (3%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional da Companhia correspondeu à venda de óleo produzido nos Campos de Polvo (42%) e Frade (53%) e da venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (5%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional da Companhia resultou da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e da venda de gás natural produzido no Campo de Manati, sendo 87% referentes ao óleo de Polvo e 13% ao gás de Manati.

Desenvolvimento e exploração de reservas

Os resultados operacionais da Companhia dependem da sua capacidade de desenvolver e explorar, com sucesso, as reservas de petróleo e gás natural nos blocos existentes da Companhia, assim como adquirir (inclusive por meio de rodadas de licitações) ou obter acesso a novas reservas de petróleo e gás natural. Embora a Companhia tenha relatórios geológicos que avaliam as reservas provadas, prováveis e possíveis, nos campos da Companhia, não se pode garantir que a Companhia continuará sendo bem-sucedida na exploração, extração, desenvolvimento e produção comercial de petróleo e gás natural. A Companhia acredita que o cálculo geológico e petro-físico é complexo e possui incertezas, e é possível que as atividades atuais da Companhia de desenvolvimento de seus ativos, incluindo o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo e o *tieback* planejado do Campo de Tubarão Martelo até o Campo de Polvo, poderá resultar em níveis de produção que são inferiores aos que foram projetados. Também é possível que exista uma futura exploração nos atuais ativos ou nos ativos que a Companhia venha a comprar futuramente não resultará em descobertas adicionais, e, mesmo que a Companhia possa fazer as referidas descobertas de maneira bem-sucedida, não há certeza de que as referidas descobertas serão viáveis comercialmente para a produção.

A Companhia possuía um orçamento de R\$930 milhões (US\$179 milhões) para o total de investimentos durante 2020. O número final dependerá primeiramente da quantidade de

despesas com relação ao Projeto de Tieback de TBMT-Polvo e determinadas atividades de perfuração no Campo de Tubarão Martelo. Nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020, o total de investimentos da Companhia foi de R\$866 milhões (US\$166,5 milhões), composto de R\$ 137,8 milhões (US\$26,5 milhões) relacionados ao desenvolvimento e manutenção com relação ao Plano de Redesenolvimento de Campo de Polvo e o Plano de Redesenolvimento do Campo de Frade e R\$ 728 milhões (US\$140 milhões) atribuíveis a aquisição do OSX-3, o FPSO dedicado do Campo de Tubarão Martelo.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o total de investimentos da Companhia foi de R\$2,5 bilhões (US\$481 milhões), composto de R\$171 milhões (US\$29 milhões) relacionado ao desenvolvimento e manutenção com relação ao Plano de Redesenolvimento do Campo de Polvo e R\$2,4 bilhões (US\$465 milhões) relacionado à Aquisição Campo de Frade Chevron e à Aquisição Campo de Frade INPEX.

O financiamento de investimentos depende, em parte, de que os preços do petróleo se mantenham próximos dos valores estimados pela Companhia ou um pouco acima deles e de outros fatores que gerem um fluxo de caixa suficiente. O baixo preço do petróleo afeta as receitas da Companhia, que afetam, em consequência, a capacidade de endividamento da Companhia e de cumprimento das obrigações constantes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de vender sua produção, que, em conjunto com o nível de caixa atual da Companhia, são suficientes para financiar seus investimentos, pode ser possível que a Companhia não possa realizar, de maneira eficiente, seus programas de desenvolvimento, incluindo o Plano de Redesenolvimento do Campo de Polvo e o Plano Redesenolvimento do Campo de Frade.

Se a média dos preços do petróleo estiver mais alta do que o preço alvo orçado pela Companhia, a Companhia tem a possibilidade de alocar mais capital para projetos e aumentar seu trabalho, seu programa de investimento, e, conseqüentemente aumentar a sua produção de petróleo e gás.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente caso a produção estimada de petróleo e gás natural dos campos da Companhia não resulte em reservas adicionais que possam ser eventualmente desenvolvidas comercialmente. Além disso, não há nenhuma garantia de que a Companhia vá adquirir uma nova produção ou blocos de exploração ou obter acesso aos blocos de exploração que possuam reservas viáveis comercialmente. A menos que as atividades de desenvolvimento e exploração da Companhia sejam bem-sucedidas, ou caso a Companhia venha a adquirir propriedades que possuam novas reservas, as reservas previstas continuarão reduzindo. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) deste Formulário de Referência.

Receita de petróleo e gás e preços internacionais

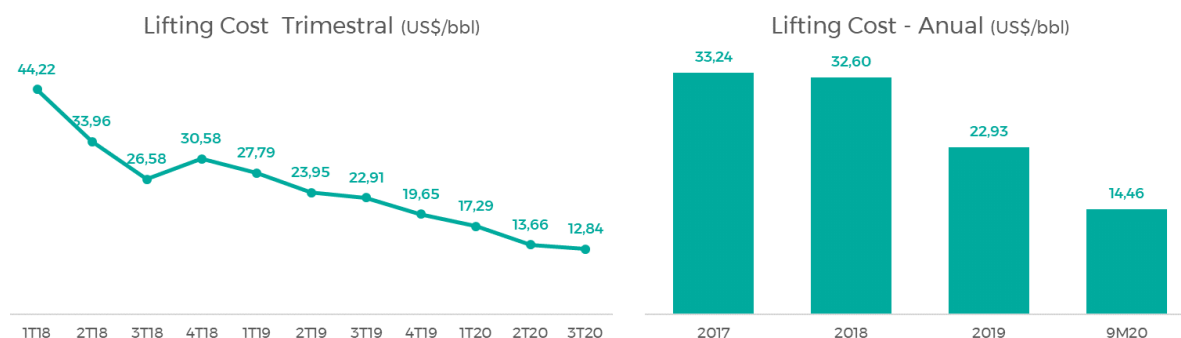
As receitas da Companhia são obtidas a partir da venda da sua produção de petróleo e gás natural. O preço obtido pelo petróleo que a Companhia produz está geralmente conectado com Brent. O preço do mercado para petróleo e gás natural é sujeito a uma flutuação significativa e historicamente o preço tem flutuado bastante com relação a pequenas mudanças no fornecimento e demanda global de petróleo e gás natural, as condições incertas do mercado, condições econômicas e uma variedade de outros fatores. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) deste Formulário de Referência.

Custos de Extração (*Lifting costs*)

Os custos de extração (*lifting costs*) da Companhia consistem principalmente de despesas associadas com a operação e manutenção de poços, além de equipamentos e instalações relacionadas, incluindo custos trabalhistas, contratações externas, taxas de consultoria, logística, custos de combustível e despesas de arrendamento. Os custos de extração (*lifting costs*) são mensurados por barril equivalente de petróleo e gás produzido nos campos da Companhia. A estratégia da Companhia gira em torno da implementação de diversas medidas projetadas para reduzir os custos de extração (*lifting costs*) nas propriedades futuras ou existentes da Companhia, especialmente no ambiente de volatilidade e de preços de petróleo reduzidos.

Os custos de extração (*lifting costs*) são afetados por diversos fatores, incluindo capacidade da Companhia de implementar, com sucesso, medidas de redução de custo e programas de desenvolvimento nas propriedades atuais da Companhia, flutuações na taxa de câmbio entre dólares norte-americanos (moeda que é utilizada na maioria das suas vendas) e o real (moeda que é utilizada em uma parte significativa das despesas operacionais da Companhia) e a capacidade de adquirir novos ativos com uma redução de custo potencial nas propriedades atuais da Companhia. Historicamente, o custo de extração (*lifting cost*) da Companhia tem permanecido menor que o preço do petróleo por barril do petróleo equivalente, e caiu de maneira contínua durante os períodos que foi revisado, de uma média de US\$32,6 por barril no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para US\$14,5 por barril nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020.

Os gráficos abaixo demonstram a média do custo de extração (*lifting cost*) da Companhia para os períodos indicados.



A tabela a seguir apresenta *breakeven* da Companhia para os nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020:

	US\$ por boe (em milhares)
Breakeven Costs	
<i>Lifting costs</i>	12,8
Despesas gerais e administrativas	3,10
Royalties	2,28
Descontos	5,7
Total	24,2

A tabela a seguir apresenta a evolução do desconto da Companhia (em US\$) por barril para os períodos indicados abaixo (onde o desconto for negativo, o petróleo foi vendido com um prêmio em relação ao preço de mercado):

	Três meses encerrados em										
	31 de março de 2018	30 de junho de 2018.	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	30 de junho de 2019.	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2019	31 de março de 2020	30 de junho de 2020.	30 de setembro de 2020.
Campo de Frade	—	—	—	—	—	-1,1	0,5	2,3	3,1	4,1	3,4
Campo de Polvo	6	5,4	5,9	6,1	6	4,6	4,6	4,3	6,5	8,2	7,3
Campo de Tubarão Martelo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6,0
Total	6	5,4	5,9	6,1	6	1,8	1,9	3,1	4,2	5,4	5,5

O custo por barril adicionado no período encerrado em 30 de setembro de 2020 para o cluster dos campos de Tubarão Martelo e Polvo (“Cluster TBMT-Polvo”), o Campo de Polvo (após a Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2018), o Campo de Polvo (após a Campanha de Perfuração do Campo de Polvo de 2020) e o Campo de Frade (considerando o efeito *pro forma*

para a Aquisição Campo de Frade Petrobras) foi de US\$5,71, US\$6,46, US\$6,67 e US\$8.93, respectivamente.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício social corrente – 31 de dezembro de 2020

Devido aos impactos provocados pela pandemia do COVID-19 em todo o mundo, a demanda de petróleo reduziu bruscamente, diminuindo consequentemente os preços praticados nos mercados internacionais. Desta forma, a Companhia revisou seu plano de negócios de maneira a se readequar ao cenário de incerteza e volatilidade relacionado à disseminação do COVID-19 e à recente queda nos preços do óleo tipo Brent (diretamente ligado às receitas da Companhia).

A partir de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2019, os preços spot Brent variaram de um preço mínimo de US\$26,01 por barril até um preço máximo de US\$115,10 por barril. A partir de 1º de janeiro de 2020 até 30 de setembro de 2020, os preços spot do Brent variam de um preço mínimo de US\$9,12 por barril a um preço máximo de US\$70,25 por barril.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2019	2018
Preço médio do petróleo Brent (US\$ por barril)....	43,34	64,16	71,69
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,38	3,95	3,66
Produção (kboepd).....	37,4 ⁽¹⁾	30,2 ⁽²⁾	12,6 ⁽³⁾
Reservas 2P (MMboe)	192,7 ⁽⁴⁾	— ⁽⁵⁾	23,8

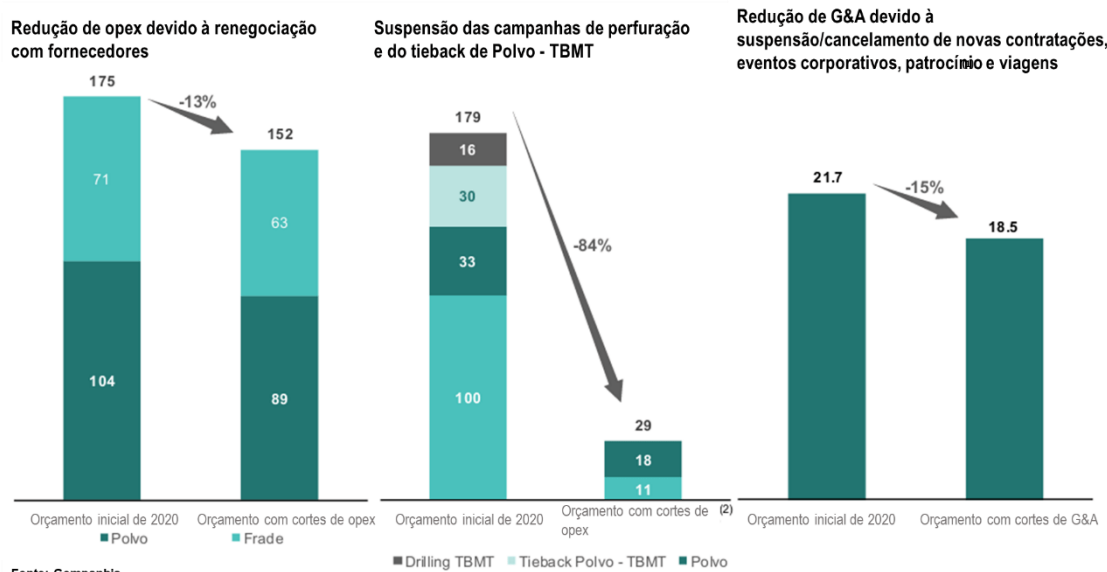
Notas Explicativas:—

- (5) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 70% da Companhia) e o Campo de Manati (atribuíveis à participação exploratória de 10%) para o período indicado. Conforme tal, os dados de produção não dão margem à Aquisição Campo de Frade Petrobras ou a Aquisição do Campo de Tubarão Martelo. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (6) Estes dados de produção refletem produção no Campo de Polvo, no Campo de Frade (atribuíveis a participação exploratória de 51,74% naquele instrumento de 25 de março de 2019 até 1º de outubro de 2019 seguindo a Aquisição Campo de Frade Chevron e a participação exploratória de 70% da Companhia naquele instrumento de 1º de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019 seguindo a Aquisição da INPEX no Campo de Frade) e o Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (7) Estes dados de produção refletem a produção no Campo de Polvo e no Campo de Manati (atribuíveis a participação exploratória de 10% da Companhia) para o período indicado. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (8) Estes dados de reservas são de 30 de abril de 2020. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.
- (9) Não há relatório de reservas certificadas disponíveis em relação aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre a produção e reservas de Petróleo e Gás da Companhia, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Em consequência do surto de COVID-19, e o resultado das medidas globais de contenção, além das ações realizadas pela OPEC, a Companhia enfrentou um aumento na oferta do setor, devidos especialmente a oferta de petróleo e gás natural produzidos pela Arábia Saudita, em conjunto com uma significativa redução de demanda. Esses dois principais fatores fizeram com que houvesse um excedente de oferta no mercado de óleo e gás natural, tendo como resultado uma forte queda nos preços do petróleo no primeiro trimestre de 2020 (o preço do Brent caiu mais de 55% entre dezembro de 2019 e março de 2020, segundo a administração da Companhia). Tendo em vista que os países membros da OPEC chegaram a um acordo, em abril de 2020, que previa cortar a produção de óleo e gás natural em resposta à redução da demanda e os constantes preços baixos do petróleo, além da reabertura gradual das economias e redução das medidas de distanciamento social durante este período, os preços do Brent se recuperaram no valor de US\$ 43,13 por barril em 31 de julho de 2020.

Em virtude dessa volatilidade nos preços do petróleo relatada acima, a Companhia tomou uma série de medidas para mitigar qualquer possível efeito adverso, como adiar suas despesas de capital, incluindo suas campanhas de perfuração que estavam em andamento com relação ao Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo e o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, além do *tieback* do Campo de Tubarão Martelo. A Companhia também reduziu as despesas operacionais e administrativas, entre outras medidas, como renegociações com fornecedores e redução de pessoal em terra (*onshore*) e diretores executivos (remuneração (25% e 50%, respectivamente)). A Companhia está monitorando de maneira contínua a situação para ajustar e adotar medidas adicionais, caso seja necessário.

O gráfico abaixo resume determinadas medidas que a Companhia tomou devido ao impacto da crise da COVID-19 no mercado. As despesas de capital e operacionais abaixo são relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e não foram ajustadas para refletir a respectiva participação exploratória da Companhia nas propriedades relevantes.



Notas Explicativas:—

- (10) Não inclui pagamentos de bônus aos executivos. Para mais informações sobre a remuneração da Administração, vide item 13 deste Formulário de Referência.
- (2) Consideradas as despesas de capital previstas de abril a dezembro de 2020. Um adicional de US\$25 milhões foi empregado durante os três meses encerrados em 31 de março de 2020.

O gás produzido no Campo de Manati foi vendido para o mercado por meio do Contrato de Offtake do Campo de Manati. O preço do gás vendido de acordo com esse contrato está definido em reais brasileiros e é ajustado anualmente de acordo com a inflação definida pelo Índice Geral de Preços – Mercado ou “IGPM”.

O Petróleo produzido no Campo de Polvo é vendido em transações *spot* por meio de uma unidade Comercializadora, que tem sede em Luxemburgo, de acordo com o Contrato de Marketing Spot do Campo de Polvo, ou do celebrado com a PetroChina com o direito *right-to-match* de acordo com o Contrato de Marketing da PetroChina, que estará disponível durante o financiamento da ICBC.

O petróleo produzido no Campo de Frade é vendido em transações *spot* principalmente por meio de uma unidade de comercializadora, que tem sede em Luxemburgo.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

O principal fator que afetou o resultado operacional do ano foi a aquisição do Campo de Frade, que possibilitou um crescimento de 64,6% no volume produzido em 2019 em comparação ao ano anterior. Tal incremento é resultado das estimulações e medidas tomadas para combater o declínio natural do Campo, como a injeção de gás (*bullhead*), a reabertura de poços com hidrato, e melhoria de escoamento (*choke*).

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais em 2018 foram: a recuperação do preço do Brent frente ao ano anterior, que saíram de uma média de 54 dólares por barril para 71 dólares por barril; o aumento do volume de óleo vendido, devido à entrada em operação de 3 novos poços perfurados em 2018, sendo 3,1 milhões de barris vendidos em 2018 frente a 2,8 milhões de barris vendidos em 2017; e o câmbio mais favorável.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No ano de 2020, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do Brent. Dos 8,97 milhões de barris vendidos, 4,9 milhões foram de Frade, 2,9 milhões de Polvo e 1,2 milhões de Tubarão Martelo, representando um crescimento de 40,7% no volume vendido pela Companhia em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas foi de 5,38 reais por dólar, um aumento de 34,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2019, a receita operacional da Companhia resultou principalmente da venda de óleo produzido nos Campos de Frade e Polvo, estando exposta desta forma à alta volatilidade do Brent. Dos 6,4 milhões de barris vendidos, 3 milhões foram de Frade e 3,4 milhões de Polvo, representando um crescimento de 90,8% no volume anual vendido pela PetroRio. Adicionalmente, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas, foi de 3,99 reais por dólar, um aumento de aproximadamente 6% em relação ao ano anterior.

Em 2018, a receita operacional da Companhia resultou principalmente da venda de óleo produzido no Campo de Polvo e, portanto, esteve totalmente exposta às variações no preço do Brent, com aumento, na média entre as vendas, de 29% em relação ao ano anterior. Adicionalmente, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas, foi de 3,78 reais por dólar, um aumento de aproximadamente 17% em relação ao ano anterior.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, swaps, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

No ano de 2020, a Companhia manteve suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, as taxas pós fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Além disso, no ano de 2020, a Companhia realizou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2020, com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril conforme tabela a seguir:

Operação	Tipo	Vencimento	Liquidação	Strike	Quantidade	Preço	Posição		Resultado	
							US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Compra	PUT	31/01/20	31/01/20	65	451	0,28	-	-	630	2.714
Compra	PUT	31/03/20	31/03/20	65	500	2,88	-	-	15.554	81.218
Compra	PUT	31/03/20	31/03/20	65	975	2,88	-	-	30.329	164.595
Compra	PUT	30/04/20	30/04/20	65	250	3,78	-	-	1.359	7.375
Compra	PUT	31/05/20	31/05/20	65	341	4,63	-	-	11.072	60.630
Compra	PUT	30/06/20	30/06/20	65	250	5,32	-	-	6.056	32.289
Compra	PUT	31/07/20	31/07/20	40	2.400	2,39	-	-	(5.736)	(29.765)
Compra	PUT	31/10/20	31/10/20	44	975	1,89	-	-	160	885
Compra	PUT	30/11/20	30/11/20	43	1.000	2,70	-	-	(2.700)	(13.775)
Compra	PUT	31/12/20	-	44	2.000	3,50	1	2	(7.000)	(36.377)
Compra	PUT	31/03/21	-	44	900	4,70	2.872	14.924	(1.358)	(7.056)
10.042							2.872	14.926	48.366	262.733

No ano de 2019, a Companhia manteve as aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Adicionalmente, com o objetivo de oferecer cobertura (*hedge*) contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo para as vendas projetadas para o exercício de 2019, a PetroRio comprou contratos de derivativos. Tal operação ofereceu proteção com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) entre US\$59,50 e US\$75 por barril, e preço máximo de US\$90 por barril. Os contratos foram liquidados em 2019 e geraram perda realizada de US\$ 991 mil (R\$ 3.352), registrados no resultado do referido ano.

Em 2018, a Companhia manteve as aplicações em títulos de renda fixa em dólares de instituições brasileiras de grande porte, como estratégia de preservação de capital. A Companhia possuía investimentos em volume não significativo em ações de empresa em recuperação judicial, liquidados em sua totalidade no primeiro semestre de 2018, realizando ganhos acumulados de R\$ 27.096 mil neste período. A Companhia também manteve a aplicação de recursos em fundos de investimento no Brasil e no Exterior com rendimento médio negativo de 28% em 2018, que aplicam basicamente em Ações, *Bonds*, e Títulos Públicos. Esses fundos são abertos (não exclusivos) e possuem gestão independente com autonomia para movimentar os recursos aportados. Este movimento está em linha com a estratégia da Companhia ao adotar uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração. Adicionalmente, a Companhia detinha nota promissória com remuneração anual de 6%, também atrelada à variação do dólar norte-americano.

A Administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Em 2018, as atividades com derivativos foram efetuadas com a finalidade de proteção e gestão de risco, realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais pela Companhia, cujas controladas atualmente operam em um único segmento operacional: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A Companhia concluiu, em março de 2017 o processo de aquisição do controle da Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A. ("Brasoil"), empresa que atua substancialmente nos mesmos segmentos de negócios da Companhia, por R\$ 116 milhões.

Em 25 de março de 2019 e 01 de outubro de 2019, a Companhia concluiu, após cumpridas as condições precedentes e aprovações necessárias, a aquisição de 51,74% e 18,26%, respectivamente, de participação na concessão do Campo de Frade, nos ativos operacionais do Campo, e assumiu a operação do Campo. E em 28 de novembro de 2019, a Companhia assinou contrato de compra e venda com a Petrobras, para a aquisição dos 30% restantes de participação no Campo, passando a participação da Companhia no Campo de Frade para 100%. A conclusão desta transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Adicionalmente, em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato para a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo, bem como a operação do Campo, detidos integralmente pela Dommo Energia. Em 03 de agosto de 2020, após as aprovações do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da ANP – Agência Nacional de Petróleo, ocorreu a conclusão da aquisição, com a PetroRio assumindo a operação do Campo e incrementando em aproximadamente 17 milhões de barris em reservas provadas desenvolvidas.

Em 5 de novembro de 2020 foi assinado acordo com a Gas Bridge S.A. ("Gas Bridge"), para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati ("Campo" ou "Manati").

O valor total da transação é de R\$ 144,4 milhões e inclui a transferência de todas as responsabilidades da Companhia no Campo, incluindo a sua participação em seu abandono. A

transação está sujeita a condições precedentes, dentre as quais está o êxito da Gas Bridge na aquisição da operação de Manati da Petrobras.

A transação é composta por uma parcela fixa de R\$ 124,4 milhões e um *earn-out* de R\$ 20 milhões, sujeitos a determinadas aprovações regulatórias subsequentes relacionadas ao Campo.

A data efetiva da venda é de 31 de dezembro de 2020 e a Companhia continuará tendo o direito à geração de caixa do Campo até tal data (inclusive), e a operação terá eficácia econômica retroativa a partir de 1º de janeiro de 2021.

Este movimento faz parte da estratégia de geração de valor da Companhia através de uma gestão dinâmica de seu portfólio de ativos, e reforça o foco da PetroRio nos ativos operados que compõem o cerne do seu negócio.

Em 19 de novembro de 2020 foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35.7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Uma vez que todas as aprovações necessárias sejam obtidas e ocorra o fechamento da operação, a Companhia se tornará operadora de ambos os campos de pré-sal.

O Campo de Wahoo, com descoberta de óleo em 2008 e teste de formação realizado em 2010, se encaixa na estratégia de geração de valor da Companhia. Com o desenvolvimento do campo, a Companhia formará mais um *cluster* de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO), possibilitando assim a captura de diversas sinergias resultando em mais uma forte e sustentável redução de *lifting cost*, com esforço para manter sempre os mais altos padrões de segurança e eficiência.

Esta transação, sujeita a aprovações regulatórias e outras condições precedentes usuais, terá uma parcela fixa de US\$ 100 milhões, que será dividida em 5 pagamentos (US\$ 17,5 milhões divididos entre a assinatura e a conclusão da transação – *closing* – uma vez que todas as condições estejam satisfeitas; US\$ 15 milhões em dezembro de 2021; com o remanescente a ser pago em 2022), além de um *earn-out* de US\$ 40 milhões contingente na unitização (ou first oil) de Itaipu.

Com essa aquisição a Companhia acredita que faz mais um importante movimento estratégico e consolida ainda mais seu modelo de negócios que incluem a formação de clusters de produção através de *tieback*, redesenvolvimento de campos, e otimização operacional, sempre dentro do que a Companhia acredita serem os mais altos níveis de eficiência e segurança.

(c) Eventos ou operações não usuais.

Em fevereiro de 2020, a Companhia assinou contrato para a aquisição da embarcação OSX-3 (Floating, Production, Storage and Offloading – FPSO), construído em 1989 como navio tanque e convertido em FPSO em 2013, com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia e armazenagem de 1,3 milhão de barris, no valor de US\$ 140 milhões, com parte dos recursos (US\$ 100 milhões) sendo financiado pela Prisma Capital, bem como a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo e a sua operação, detidos integralmente pela Dommo Energia.

Esta aquisição em conjunto com a participação no Campo de Tubarão Martelo proporciona à Companhia a redução dos custos operacionais do Campo de Polvo e a extensão da vida útil econômica dos dois campos, aumentando a geração de caixa da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 são apresentadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são apresentadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 as orientações e procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS 16, relacionados a operações de arrendamento mercantil.

Na adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento e ativos de direito de uso correspondentes com relação a arrendamentos que foram anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com o IAS 17. Os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos valores a pagar de arrendamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 01 de janeiro de 2019. O ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear a partir da data de início do arrendamento até o final da vida útil do ativo ou o prazo do contrato, o que ocorrer primeiro. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base que o imobilizado.

A Companhia adotou o IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado (i.e., aplicando as exigências da norma para todos os contratos existentes na adoção inicial em 01 de janeiro de 2019) e, portanto, não reajustou os valores comparativos para períodos de divulgação anteriores, conforme permitido de acordo com as disposições transitórias específicas do IFRS 16. As reclassificações originadas das novas regras de arrendamento são, portanto, reconhecidas no balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia não foram reajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 e não são comparáveis às informações financeiras para o exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2019, assim como as informações financeiras para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, contidas nas informações financeiras intermediárias consolidadas e revisadas da Companhia, não foram reajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 e não são comparáveis ao período de nove meses findo em setembro de 2019.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 provocou os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019:

	Ativo	Passivo
Reconhecimento em 01 de janeiro de 2019	1.019.768	(1.061.452)
Adições/reversões	(403.776)	382.798
Atualização cambial	-	(32.825)
Atualização monetária	-	(64.309)
Pagamentos efetuados	-	163.306
Amortização	(163.925)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 *	452.067	(612.482)

* Considera 100% das variações ocorridas em 2019. Para fins de consolidação, foram considerados no resultado da PetroRio apenas 6 dias de atualização monetária e cambial das obrigações relacionadas à 51,74% ao Campo de Frade referentes ao primeiro trimestre de 2019, visto que a aquisição foi concluída em 25 de março de 2019, e 18,26% ao Campo de Frade referentes ao quarto trimestre de 2019.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer das demonstrações financeiras de 2020, 2019 e 2018 foram divulgados sem qualquer ênfase ou ressalva.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) exige que a Administração da Companhia realize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia promove revisões nas suas estimativas e premissas de maneira contínua, e tais revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores que sejam afetados.

A Companhia acredita que as políticas contábeis elencadas abaixo representam políticas contábeis críticas, porque elas envolvem um alto grau de julgamento e complexidade na sua aplicação e exigem, ainda, que façamos estimativas contábeis significantes. As seguintes descrições das políticas contábeis críticas e estimativas devem ser lidas juntamente com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e com as notas explicativas e outros materiais divulgados.

Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda, e são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial, assim como outros ativos e passivos relacionados

Em novembro de 2020, a Companhia firmou um acordo com a Gas Bridge S.A. ("Gas Bridge") para alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati. Com essa transação, todos os ativos e passivos relacionados ao Campo foram reclassificados para Ativo Mantido para Venda e Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, nos montantes de R\$ 68.439 mil e R\$ 2.649 mil, respectivamente.

Em dezembro de 2019 foi realizado estudo de mercado para avaliação do valor das sondas restantes no ativo da Companhia. O estudo apontou o valor de mercado de US\$ 2.351 mil por sonda. Apesar do valor apontado, a Administração da Companhia decidiu, devido à dificuldade que vem encontrando para a venda das sondas, realizar provisão integral dos saldos. Não obstante, a Companhia continuará envidando todos os esforços para a alienação destes ativos. Em 02 de julho de 2018 foi concretizada a venda da última aeronave da Companhia para a Omni Taxi Aéreo, pelo valor de US\$ 800 mil.

Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois, o menor.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos ("*successful efforts method of accounting*"). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associado ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de funcionários, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Caso reservas comerciais não sejam encontradas, o poço exploratório será baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, estes custos serão baixados ao resultado. Quando forem identificadas reservas provadas e o desenvolvimento for autorizado, os gastos exploratórios da área serão transferidos para “ativos de óleo e gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) serão capitalizadas como “ativos de óleo e gás”.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo-prazo. As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. As estimativas de custos com abandono serão revistas pelo menos anualmente ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada mensalmente em base pró-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infraestrutura cuja vida útil econômica é inferior à vida econômica das reservas do campo serão depreciados pelo método linear.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos

identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos, bem como qualquer contraprestação contingente a ser transferida será reconhecida pelo seu valor justo na data de aquisição.

O ágio é mensurado pelo excedente da contraprestação total em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

Provisão para recuperação de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão classificadas em rubrica específica (“perdas no valor recuperável de ativos”) na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada concessão. A administração monitora periodicamente os

indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

Em dezembro de 2018 a Companhia realizou o teste de perda ao valor recuperável dos seus ativos e apurou perda no exercício de R\$ 3.470 mil, referente a aeronave registrada no ativo não circulante mantido para venda, que foi vendida em julho de 2018 por valor inferior ao registrado no balanço patrimonial. Adicionalmente, foi realizada provisão para não realização dos valores investidos no campo de Camarão Norte, no valor de R\$ 89 mil, devido a solicitação de devolução junto a ANP.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou teste de perda ao valor recuperável dos seus ativos e realizou provisão no montante de R\$ 27.651 mil correspondente ao saldo das Sondas helitransportáveis que estão à venda.

Em 31 de dezembro de 2020, devido aos impactos provocados pela pandemia do COVID-19, a Companhia efetuou cálculos para a verificação do valor recuperável de seus ativos, frente aos valores contabilizados, e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão.

Transações envolvendo pagamento em ações

Os planos de remuneração baseados em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido ("Plano de Opção de Ações").

A Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos periodicamente. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício em contra partida de ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de Capital".

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo registrado no patrimônio líquido - resultado com remuneração baseada em ações - no montante de R\$ 245.697 mil, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como custo de pessoal desde a outorga.

Das opções outorgadas, 221.062 opções foram exercidas em 01 de janeiro de 2019, com a integralização de R\$ 12.055 mil no capital social da Companhia.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo registrado no patrimônio líquido - resultado com remuneração baseada em ações - no montante de R\$ 253.242 mil, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como custo de pessoal desde a outorga.

Das opções outorgadas, 1,5 milhão de opções foram exercidas em 01 de janeiro de 2020, com a integralização de R\$ 10.489 mil no capital social da Companhia.

Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 75.809 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 6.284 mil), fiscais (R\$ 4.461 mil), cíveis (R\$ 55.282 mil) e incidente de Frade (R\$ 9.782 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 1.296.736 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 65.613 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 18.191 mil), fiscais (R\$ 13.974 mil), cíveis (R\$ 24.268) e incidente de Frade (R\$ 9.180). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 795.405 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 17.441 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 17.123 mil) e fiscais (R\$ 318 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 391.124 mil.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou provisão para contingência no montante de R\$ 15.120 mil, referentes a ações com expectativa de perda provável divididas entre trabalhistas (R\$ 14.820 mil) e fiscais (R\$ 299 mil). Quanto às causas com riscos possíveis, a Companhia divulgou o total de R\$ 358.047 mil. Em setembro de 2017, a Companhia reverteu provisão para contingência registrada em seu balanço, no montante de R\$ 43.920, referente ao procedimento arbitral instaurado por Tuscanly Perfurações Brasil Ltda. e Tuscanly Rig Leasing S.A. contra a PetroRioOG. Através de uma ação anulatória ajuizada por seus advogados e julgada em 28 de setembro de 2017, em segunda instância, a sentença do procedimento arbitral foi anulada. Atualmente, a ação tramita no Superior Tribunal de Justiça.

CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro

Mudança de estimativa contábil

Em dezembro de 2018, a Companhia realizou através de uma certificadora internacional independente (DeGolyer and MacNaughton) uma reavaliação dos Campos de Polvo e de Manati, especificamente das reservas provadas desenvolvidas. A Companhia comparou as reservas constantes do relatório da D&M de 2018 com as apresentadas no relatório preparado pela D&M em 2017, e adicionou a produção de cada campo para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 às reservas do relatório de 2018. Como resultado, a Companhia concluiu que:

- no Campo de Polvo, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2025, e um aumento das reservas recuperáveis em aproximadamente 10 milhões de barris associadas à reserva provada líquida da Companhia. Este aumento representa uma redução proporcional na amortização dos ativos de Polvo, incluindo a Plataforma Polvo A.
- em Manati, a reavaliação apontou a manutenção da vida útil do campo até o final de 2023, mas com redução das reservas recuperáveis em 24 milhões de m³ (3,5% do total considerado em 2017) associadas à reserva provada líquida da Companhia e, consequentemente, um incremento proporcional na amortização dos ativos.

Em janeiro de 2019 a Companhia adotou os procedimentos contidos no CPC 06 (R2) / IFRS 16 para os contratos de arrendamento mercantil com valores significativos e prazo superior a 1 ano, levando em consideração a vida útil dos Campos para a projeção dos valores futuros.

A Companhia adquiriu, em fevereiro de 2020, um FPSO que irá operar para os Campos de Tubarão Martelo e Polvo, substituindo desta forma, o que era afretado da BW para este Campo. Com esta

aquisição, o prazo do contrato de afretamento do FPSO que antes seguia a vida útil do Campo agora passa a considerar a data de rescisão do contrato atual, que é junho de 2021. Esta alteração representou uma redução de R\$ 433.631 no ativo e passivo de arrendamento.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia realizou através de uma certificadora internacional independente (DeGolyer and MacNaughton) a reavaliação das reservas dos Campos de Polvo, Frade e Manati. Esta reavaliação apontou incremento de vida útil dos Campos, e consequentemente, redução das alíquotas de depreciação e extensão dos prazos para cálculo da provisão para abandono e do CPC 06R2 – IFRS16. Os estudos já levaram em consideração os efeitos da pandemia provocada pela COVID-19, que reduziram os preços de petróleo na visão de curto prazo. A Companhia comparou as reservas constantes do relatório da D&M de 2020 com as apresentadas no relatório preparado pela D&M em 2018, e (i) adicionou a produção de cada campo para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 às reservas do relatório de 2020; e (ii) exclusivamente em relação ao Campo de Polvo, levou em consideração a aquisição do OSX-3 (que reduz os custos relacionados ao Campo de Polvo na medida em que acarreta o encerramento do afretamento do FPSO e conecta o OSX-3 ao campo). Como resultado, a Companhia concluiu que:

- no Campo de Polvo, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2026, e um aumento das reservas recuperáveis em aproximadamente 3 milhões de barris associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.
- no Campo de Frade, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2030, e um aumento das reservas recuperáveis em aproximadamente 7 milhões de barris associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.
- finalmente em Manati, a reavaliação apontou para um incremento da vida útil do campo até o final de 2026, com aumento das reservas recuperáveis em 132 milhões de m³ associadas às reservas líquidas provadas da Companhia.

Reapresentação

Após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, bem como a melhor aplicação interpretativa das normas emitidas pelo IASB e pelo CPC, a Companhia reabriu suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores (2019, 2018 e 2017) e procedeu com os seguintes ajustes:

Ativo:

- a. Caixa e equivalentes – Reclassificação para melhor apresentação de investimentos antes classificados como Títulos e valores mobiliários;
- b. Títulos e valores mobiliários – Ajuste de marcação a mercado contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido;
- c. Estoque de óleo – Ajuste da amortização do abandono e IFRS 16 reflexos dos ajustes das taxas de desconto;
- d. Adiantamento a Parceiros – reconhecimento da parcela de arrendamento (CPC 06R2 – IFRS 16) referente à Petrobras na operação do Campo de Frade;
- e. Depósitos e cauções – Apresentação pelo líquido de valores apresentados no passivo de provisão para contingências;
- f. Tributos diferidos – Registro de impostos diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais;
- g. Tributos diferidos ativos – Apresentação pelo líquido com o passivo de impostos diferidos;
- h. Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16) – revisão dos valores fixos mínimos dos contratos e da taxa de desconto inicial para contratos em reais de 5,63% a.a. para 10%a.a.;
- i. Imobilizado e intangível – Reclassificação entre contas de ativos de desenvolvimento, sobressalentes de emergências e custos de manutenção de poços, bem como o reflexo do ajuste de provisão do abandono passiva em função da revisão da taxa de desconto utilizada, de 3% a.a. sem spread de risco em todos os campos para 5,44% a.a. em Polvo e Manati, e 5,59% a.a. em Frade. Adicionalmente os laudos de alocação do preço pago na aquisição do Campo de Frade foram reemitidos pela empresa contratada para realizá-los, em função de uma duplicidade no passivo de abandono do balanço a valor justo, alterando o montante de mais-valia e deságio na operação.

Passivo:

- j. Fornecedores – Reclassificação de valores apresentados em provisão para contingências e encargos contratuais (Leasing IFRS 16);
- k. Empréstimos e financiamentos – adequação à apresentação entre curto e longo prazo;
- l. Debêntures – precificação de opção embutida nas debêntures conversíveis em ações da Companhia, finalizadas em 24 de outubro de 2019;
- m. Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16) - revisão dos valores fixos mínimos dos contratos e da taxa de desconto inicial para contratos em reais de 5,63% a.a. para 10%a.a.;
- n. Provisão para abandono de instalações - revisão da taxa de desconto utilizada, de 3% a.a. sem spread de risco em todos os campos para 5,44% a.a. em Polvo e Manati, e 5,59% a.a. em Frade.

- o. Provisão para contingências – Reclassificação de valores que deixaram de ser tratados como provisão para Contas a pagar e Depósitos e cauções, em função de ações com depósitos judiciais;
- p. Tributos diferidos passivos apresentados pelo líquido com o ativo de impostos diferidos, com reconhecimento de impostos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais;

		Consolidado (Em milhares de R\$)								
		01/01/2018			31/12/2018			31/12/2019		
Ref.	Balanco Patrimonial	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
	Ativo Circulante									
a	Caixa e equivalentes de caixa	92.445	-	92.445	154.109	32.884	186.993	459.396	-	459.396
a,b	Títulos e Valores mobiliários	511.863	-	511.863	643.783	(36.342)	607.441	226.301	-	226.301
c	Estoque de Óleo	41.174	-	41.174	56.702	(488)	56.214	122.571	(2.470)	120.101
d	Parceiros em operações de óleo e gás	3.639	-	3.639	2.922	-	2.922	25.590	60.688	86.278
	Circulantes não afetados	200.534	-	200.534	182.046	-	182.046	621.030	(16)	621.014
		849.655	-	849.655	1.039.562	(3.946)	1.035.616	1.454.888	58.202	1.513.090
	Ativo Não circulante									
e	Depósitos e cauções	16.010	-	16.010	19.621	-	19.621	31.170	(3.921)	27.249
f	Tributos diferidos	18.480	(18.480)	-	8.338	3.002	11.340	153.644	6.669	160.313
g - h	Direito de Uso (Leasing IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	503.350	(51.283)	452.067
i	Imobilizado	61.286	62.644	123.930	45.292	225.055	270.347	2.477.793	124.730	2.602.523
i	Intangível	260.549	(62.644)	197.905	385.943	(244.994)	140.949	817.962	(128.433)	689.529
	Não circulantes não afetados	64.264	-	64.264	38.307	-	38.307	44.980	-	44.980
		420.589	(18.480)	402.109	497.501	(16.937)	480.564	4.028.899	(52.238)	3.976.661
	Total do Ativo	1.270.244	(18.480)	1.251.764	1.537.063	(20.883)	1.516.180	5.483.787	5.964	5.489.751
	Passivo Circulante									
j	Fornecedores	70.535	-	70.535	73.258	-	73.258	129.727	(42.495)	87.232
k	Empréstimos e financiamentos	75.011	-	75.011	222.437	-	222.437	1.214.632	9.674	1.224.306
m	Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	211.293	11.756	223.049
	Circulantes não afetados	71.305	-	71.305	75.291	-	75.291	134.999	197	135.196
		216.851	-	216.851	370.986	-	370.986	1.690.651	(20.868)	1.669.783
	Passivo Não circulante									
k	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	25.718	-	25.718	430.944	(9.674)	421.270
l	Debêntures	31.391	22.647	54.038	31.241	38.125	69.366	-	-	-
n	Provisão para abandono de instalações	74.119	-	74.119	68.713	(32.275)	36.438	909.513	(145.880)	763.633
o	Provisão para contingências	15.120	-	15.120	17.441	-	17.441	70.320	(4.707)	65.613
p	Tributos e contribuições sociais diferidos	36.177	(18.480)	17.697	2.311	(2.311)	-	147.522	(147.522)	-
m	Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	340.792	48.641	389.433
	Não circulantes não afetados	13.456	-	13.456	14.057	-	14.057	14.918	-	14.918
		170.263	4.167	174.430	159.481	3.539	163.020	1.914.009	(259.142)	1.654.867
	Participações dos acionistas não controladores não afetados	-	-	-	-	-	-	759	-	759
	Patrimônio líquido									
q	Capital Social não afetado	3.265.256	-	3.265.256	3.273.114	-	3.273.114	3.316.411	-	3.316.411
r	Reservas de capital	73.852	8.648	82.500	58.183	8.911	67.094	114.996	113.031	228.027
s	Ajuste acumulado de conversão	65.102	-	65.102	94.057	-	94.057	153.958	(3.623)	150.335
t	Ajuste de avaliação patrimonial	26.698	-	26.698	(75.856)	(3.458)	(79.314)	-	-	-
t	Prejuízos acumulados	(2.598.629)	(11.071)	(2.609.700)	(2.547.777)	(31.296)	(2.579.073)	(2.342.903)	(29.874)	(2.372.777)
t	Resultado do exercício	50.851	(20.224)	30.627	204.875	1.421	206.296	635.906	206.440	842.346
		883.130	(22.647)	860.483	1.006.596	(24.422)	982.174	1.878.368	285.974	2.164.342
	Total do Passivo	1.270.244	(18.480)	1.251.764	1.537.063	(20.883)	1.516.180	5.483.787	5.964	5.489.751

		Controladora e Consolidado (Em milhares de R\$)					
		31/12/2018			31/12/2019		
Ref.	Demonstração de Resultado Abrangentes	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
	Resultados do período	204.875	1.421	206.296	635.906	206.440	842.346
o	Ajuste de conversão de investimento no exterior	28.955	-	28.955	59.901	(3.623)	56.278
a	Ajuste de avaliação patrimonial	(102.554)	(3.458)	(106.012)	75.856	3.458	79.314
	Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(73.599)	(3.458)	(77.057)	135.757	(165)	135.592
	Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	131.276	(2.037)	129.239	771.663	206.275	977.938

Patrimônio Líquido e resultado:

- q. Reservas de capital – Reconhecimento do valor das opções de conversão de debêntures em ações da Companhia, finalizadas em 24 de outubro de 2019;
- r. Ajuste acumulado de conversão – Reflexo dos ajustes realizados na Lux Holding, referentes à alocação de preço de aquisição do Campo de Frade;
- s. Ajuste de avaliação patrimonial – Reclassificação de MTM de fundos;
- t. Reflexo dos ajustes destacados acima.

		Consolidado (Em milhares de R\$)					
		31/12/2018			31/12/2019		
Ref.	Demonstração de Resultado do Exercício	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
	Receita líquida não afetada	848.920	-	848.920	1.644.346	-	1.644.346
c	Custos dos produtos/serviços	(528.809)	4.319	(524.490)	(991.066)	50.687	(940.379)
	Resultado bruto	320.111	4.319	324.430	653.280	50.687	703.967
	Receitas e despesas operacionais não afetadas	(117.971)	-	(117.971)	(119.636)	-	(119.636)
i	Despesa de depreciação e amortização	-	-	-	(67.483)	(58.597)	(126.080)
n	Outras receitas e despesas operacionais	(31.840)	11.996	(19.844)	458.175	(38.170)	420.005
	Resultado operacional antes do resultado financeiro	170.300	16.315	186.615	924.336	(46.080)	878.256
l,m,n	Receitas financeiras	313.524	3.161	316.685	408.633	(31.491)	377.142
l,m,n	Despesas financeiras	(242.447)	(23.368)	(265.815)	(641.627)	(72.769)	(714.396)
	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	241.377	(3.892)	237.485	691.342	(150.340)	541.002
	Imposto de renda e contribuição social corrente	(42.969)	-	(42.969)	(55.429)	(229)	(55.658)
p	Imposto de renda e contribuição social diferido	6.467	5.313	11.780	(7)	357.009	357.002
	Lucro (Prejuízo) Consolidado do Exercício	204.875	1.421	206.296	635.906	206.440	842.346
	Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído						
	Básico	18,849	(17,152)	1,697	4,757	1,544	6,301
	Diluído	18,849	(17,152)	1,697	4,757	1,544	6,301

Consolidado(Em milhares de R\$)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2018			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Receitas						
Vendas de petróleo e gás	848.920	-	848.920	1.644.346	-	1.644.346
	848.920	-	848.920	1.644.346	-	1.644.346
Insumos e serviços						
Serviços de terceiros e outros	(33.751)	-	(33.751)	(34.519)	-	(34.519)
Despesas com geologia e geofísica	(2.560)	-	(2.560)	(595)	-	(595)
Custos dos serviços	(377.697)	-	(377.697)	(428.645)	14.924	(413.721)
Valor adicionado bruto	434.912	-	434.912	1.180.587	14.924	1.195.511
Retenções						
Depreciação e amortização	(76.782)	4.320	(72.462)	(486.126)	(22.832)	(508.958)
Valor adicionado líquido	358.130	4.320	362.450	694.461	(7.908)	686.553
Valor adicionado transferido						
Resultado financeiro líquido	71.077	(20.207)	50.870	(232.994)	(104.260)	(337.254)
Impostos diferidos	6.467	5.313	11.780	(7)	357.009	357.002
Aluguéis, royalties e outros	(127.805)	11.995	(115.810)	289.250	(38.172)	251.078
Valor adicionado a distribuir	307.869	1.421	309.290	750.710	206.669	957.379
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal	54.478	-	54.478	48.245	-	48.245
Tributos	48.516	-	48.516	66.559	229	66.788
Participação atribuível aos acionistas do Grupo	204.875	1.421	206.296	635.906	206.440	842.346
Valor adicionado distribuído	307.869	1.421	309.290	750.710	206.669	957.379

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2018 - Original	3.265.256	73.852	26.698	65.102	(2.547.778)	883.130
Integralização de capital	7.858	-	-	-	-	7.858
Opção de ações outorgada	-	17.612	-	-	-	17.612
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	28.955	-	28.955
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	(102.554)	-	-	(102.554)
Lucro do período	-	-	-	-	204.875	204.875
Ações em Tesouraria	-	(33.281)	-	-	-	(33.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - Original	3.273.114	58.183	(75.856)	94.057	(2.342.903)	1.006.595
Integralização de capital	43.297	-	-	-	-	43.297
Opção de ações outorgada	-	13.333	-	-	-	13.333
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	59.901	-	59.901
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	75.856	-	-	75.856
Lucro do período	-	-	-	-	635.906	635.906
Lucro na venda de ações em tesouraria	-	31.793	-	-	-	31.793
Ações em Tesouraria	-	11.687	-	-	-	11.687
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Original	3.316.411	114.996	-	153.958	(1.706.997)	1.878.368

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2018 - Reapresentado	3.265.256	82.500	26.698	65.102	(2.579.073)	860.483
Integralização de capital	7.858	-	-	-	-	7.858
Opção de ações outorgada	-	17.874	-	-	-	17.874
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	28.955	-	28.955
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	(106.012)	-	-	(106.012)
Lucro do período	-	-	-	-	206.296	206.296
Ações em Tesouraria	-	(33.281)	-	-	-	(33.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	3.273.114	67.094	(79.314)	94.057	(2.372.777)	982.174
Integralização de capital	43.297	-	-	-	-	43.297
Opção de ações outorgada	-	117.453	-	-	-	117.453
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	56.278	-	56.278
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	79.314	-	-	79.314
Lucro do período	-	-	-	-	842.346	842.346
Lucro na venda de ações em tesouraria	-	31.793	-	-	-	31.793
Ações em Tesouraria	-	11.687	-	-	-	11.687
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	3.316.411	228.027	-	150.335	(1.530.431)	2.164.342

Consolidado (Em milhares de R\$)

Demonstração de Fluxo de Caixa	31/12/2018			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado dos exercícios (antes de impostos)	241.377	(3.892)	237.485	691.342	(150.340)	541.002
Depreciação e amortização	76.920	(4.458)	72.462	491.227	17.731	508.958
Receita financeira	(286.925)	(3.161)	(290.086)	(374.949)	31.492	(343.457)
Despesa financeira	215.382	23.304	238.686	590.151	76.388	666.539
Opções de ações outorgadas	17.612	-	17.612	13.333	-	13.333
Ajuste de equivalência patrimonial	119	-	119	-	-	-
Perda/Baixa de ativos não circulantes	1.321	-	1.321	-	-	-
Provisão para contingências/perdas	14.354	-	14.354	19.545	-	19.545
Provisão de impairment	89	-	89	27.647	4	27.651
Aumento do imobilizado (alteração da vida útil - D&M)	-	-	-	(74.784)	-	(74.784)
Ganho na aquisição de Ativos de E&P	644	-	644	(617.400)	49.030	(568.370)
Redução da provisão de abandono	(2.595)	(11.996)	(14.591)	-	(13.201)	(13.201)
	278.298	(203)	278.095	766.112	11.104	777.216
(Aumento) redução nos ativos						
Contas a receber	18.009	(23.624)	(5.615)	(335.767)	(3)	(335.770)
Tributos a recuperar	20.278	-	20.278	(25.083)	(271)	(25.354)
Despesas antecipadas	1.420	1	1.421	(4.985)	-	(4.985)
Adiantamento a fornecedores	(5.928)	-	(5.928)	(13.213)	-	(13.213)
Estoque de óleo	(12.554)	139	(12.415)	57.657	5.097	62.754

Estoque de consumíveis	(2.084)	-	(2.084)	(3.289)	-	(3.289)
Adiantamento a parceiros em operações de E&P	787	-	787	(2.832)	(9.772)	(12.604)
Depósitos e cauções	(14.752)	11.628	(3.124)	(9.533)	3.911	(5.622)
Outros créditos	262	-	262	1.268	24	1.292
Aumento (redução) nos passivos						
Fornecedores	(3.613)	(1)	(3.614)	5.593	(41.136)	(35.543)
Obrigações trabalhistas	4.870	-	4.870	13.022	58	13.080
Tributos e contribuições sociais	(31.327)	-	(31.327)	3.173	(26)	3.147
Contingências	1.109	-	1.109	24.251	(4.662)	19.589
Adiantamento de parceiros em operações de E&P	(3.171)	-	(3.171)	1.217	(3)	1.214
Outras obrigações	3.760	-	3.760	(2.863)	-	(2.863)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	255.364	(12.060)	243.304	474.728	(35.679)	439.049
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
(Aplicação) Resgate de títulos e valores mobiliários	(141.978)	32.884	(109.094)	464.418	(32.887)	431.531
(Aplicação) Resgate em caixa restrito	18.119	(11.628)	6.491	(34.986)	-	(34.986)
(Aplicação) Resgate em fundo de abandono	(6.805)	64	(6.741)	(1.472)	-	(1.472)
(Aumento) redução de ativo imobilizado	-	(199.685)	(199.685)	-	(148.162)	(148.162)
(Aumento) redução de ativo intangível	-	24.133	24.133	-	(40.643)	(40.643)
(Aumento) redução de investimentos	-	-	-	-	-	-
(Aumento) redução de ativos permanentes	(199.175)	199.175	-	(190.598)	190.598	-
(Aquisição) de ativos de óleo e gás	-	-	-	(1.588.720)	4.766	(1.583.954)
Ativo não circulante mantido pra venda	6.587	-	6.587	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(323.252)	44.943	(278.309)	(1.351.358)	(26.328)	(1.377.686)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Empréstimos e financiamentos	171.708	-	171.708	1.298.886	-	1.298.886
Encargos contratuais Leasing IFRS 16 - Principal	-	-	-	(193.917)	97.204	(96.713)
Encargos contratuais Leasing IFRS 16 - Juros	-	-	-	-	(61.782)	(61.782)
Debêntures	(23.163)	1	(23.162)	(1.181)	(1)	(1.182)
Operação com derivativos	(2.024)	-	(2.024)	(4.988)	-	(4.988)
(Compra) venda de ações da própria Companhia (mantidas em tesouraria)	(33.198)	-	(33.198)	43.480	-	43.480
(Redução) Integralização de capital	7.709	-	7.709	12.055	-	12.055
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	121.032	1	121.033	1.154.335	35.421	1.189.756
Ajuste de conversão	8.520	-	8.520	27.583	(6.298)	21.285
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	61.664	32.884	94.548	305.288	(32.884)	272.404
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92.445	-	92.445	154.109	32.884	186.993
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	154.109	32.884	186.993	459.397	-	459.397
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	61.664	32.884	94.548	305.288	(32.884)	272.404

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há operações ativas e passivas, de qualquer natureza, que já não estejam registradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação.

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Após a bem-sucedida campanha de perfuração em 2018, a Companhia aproveitou as informações relevantes obtidas para a definição dos principais alvos da Fase 3 do Plano de Revitalização, que consiste em uma nova campanha de perfuração em 2019. Para esta campanha foram mapeados 22 prospectos com potencial petrolífero, dos quais a PetroRio esperava perfurar até quatro prospectos em 2019, mantendo 18 prospectos para campanhas futuras.

Para dar início à Campanha de Perfuração de 2019 (Fase 3), foi concluída a manutenção da sonda de perfuração de propriedade da PetroRio. Esta manutenção incluiu um major *overhaul* de alguns equipamentos, contribuindo para o aumento da integridade e confiabilidade da unidade e possibilitando uma operação mais segura. A Companhia confirmou, por meio da perfuração de poço piloto, a presença de óleo em dois reservatórios carbonáticos (prospectos “Ipanema” e “Leblon”) na Formação Quissamã e um reservatório arenítico na Formação Emborê, do Eoceno. A Companhia concluiu um poço produtor no reservatório carbonático de Ipanema, com net pay estimado de 76 metros, cujo óleo apresentou viscosidade acima do esperado. A Companhia concluiu dois poços produtores, um no reservatório carbonático do prospecto Ipanema (POL-N) e um no reservatório arenítico do prospecto Praia do Forte (POL-L).

A PetroRio iniciou a produção do poço POL-L, no Eoceno, e verificou uma vazão inicial superior a 2.500 barris por dia, o que representa um incremento de quase 30% na produção do Campo de Polvo, que voltou a apresentar uma produção diária próxima aos 11,000 barris por dia nos primeiros dias de produção do poço.

As reservas da Companhia também foram positivamente impactadas pelo sucesso da campanha. A PetroRio estima que o poço POL-L possa ter agregado cerca de 3 milhões de barris de óleo recuperável e o custo total da 3ª Fase da Campanha de Revitalização de Polvo tenha sido de aproximadamente US\$ 20 Milhões.

A PetroRio planeja o Plano de Revitalização do Campo de Frade, que busca aumentar o fator de recuperação do ativo e atender às condições da ANP para a extensão da concessão até 2041. O projeto global considera a perfuração de quatro poços produtores e três injetores. Os reservatórios

objetos do Plano de Revitalização foram selecionados com base no baixo fator individual de recuperação (inferior a 10% até dezembro de 2019).

No dia 3 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contratos compreendendo a aquisição (i) da embarcação OSX-3, por US\$ 140 milhões; e (ii) de 80% (*"farm-in"*) do Campo de Tubarão Martelo, onde a embarcação OSX-3 encontra-se afretada. Estas aquisições permitirão a interligação (*"tieback"*) entre os campos de Polvo e Campo de Tubarão Martelo, simplificando o sistema de produção e criando um polo privado na região, o que irá gerar sinergias significativas, reduções do *lifting cost* e a extensão da vida econômica dos campos. A PetroRio estima que a vida econômica de ambos os ativos poderá ser estendida até aproximadamente 2035, representando uma extensão de mais de 10 anos e um incremento de 40 milhões de barris frente à atual reserva do Campo de Polvo. A Companhia calcula que o Capex para o *tieback* entre Polvo e Campo de Tubarão Martelo seja entre US\$ 50 milhões e US\$ 60 milhões, grande parte a ser despendido ao longo do primeiro semestre de 2021.

O Campo de Tubarão Martelo alcançou seu pico de produção em 2014, atingindo 14.000 barris de óleo por dia. O ativo produz até dezembro de 2019 cerca de 5.800 bbl/dia e atualmente realiza uma Campanha de Revitalização com o objetivo de aumentar a produção do Campo de Tubarão Martelo.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia assinou com o banco chinês ICBC um contrato de pré-pagamento à exportação de US\$ 60 milhões, com prazo de quatro anos. O financiamento tem custo de Libor + 3% ao ano e inclui um Marketing Agreement com a PetroChina para comercialização da produção do Campo de Polvo ao longo da duração do contrato. Existe, ainda, a possibilidade de obtenção de tranche adicional de US\$ 60 milhões a depender do resultado da Campanha de Perfuração de 2019 e condições de mercado.

Em setembro, a PetroRio assinou contrato com o Citibank para antecipação de recebíveis no valor de US\$ 48 milhões com custo de Libor + 3% ao ano e prazo de 4 meses. O empréstimo atende às necessidades de capital de giro da Companhia, com a opção de replicar a operação com cargas futuras.

A Companhia assinou em dezembro de 2019 um contrato de pré-pagamento à exportação com a Trafigura, de US\$ 47 milhões, prazo de 6 meses e custo de Libor + 2,75% ao ano, servindo como uma linha de financiamento de capital de giro e investimentos.

A PetroRio acredita que os acordos de financiamento são primordiais para fazer frente aos investimentos planejados nos seus ativos e em potenciais novas aquisições, reduzindo o custo de capital para os projetos já iniciados e contribuindo para a otimização da estrutura de capital da Companhia.

(ii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 25 de abril de 2017 foi concretizada a venda de duas das sondas helitransportáveis para a empresa Neftpromleasing LLC (subsidiária da Rosneft), pelo montante de US\$ 3,5 milhões por sonda (valor pelo qual estavam registradas), recebidos integralmente em 25 de maio de 2017.

Adicionalmente, em 28 de fevereiro de 2017 a controlada PetroRio Internacional assinou contrato de cessão da sua participação sobre estes blocos (10%) ao operador do consórcio, COWAN.

Em 02 de julho de 2018 foi concretizada a venda da última aeronave da Companhia para a Omni Taxi Aereo, pelo valor de US\$ 800 mil.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 25 de março de 2019 a Companhia concluiu por meio de sua controlada indireta Lux Holding a operação de aquisição de 100% das ações da Jaguar e 100% das ações da Frade LLC. Estas empresas possuem, em conjunto, 51,74% de participação no consórcio que opera o Campo de Frade, 51,74% do FPSO e dos Equipamentos Submarinos que operam no Campo e o mesmo percentual sobre as ações da Empresa Frade B.V., empresa localizada na Holanda, proprietária legal dos ativos importados sob o regime especial (REPETRO). A Companhia também passa a ser operadora do Campo de Frade, podendo influenciar nas decisões do consórcio e implementar reduções de custo e sinergias em sua operação. Adicionalmente, a Jaguar possui 50% de participação na concessão do Bloco Exploratório CE-M-715, na Bacia do Ceará, no litoral Oeste, em área do município de Paracuru, a 120 km da costa do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a Companhia, que tem neste bloco parceria com a Ecopetrol, aguarda o licenciamento ambiental para iniciar as perfurações exploratórias.

A PetroRio concluiu em outubro de 2019, por meio da sua controlada indireta Lux Holding, a aquisição de 100% das ações da White Shark e 100% das ações da IONC. Estas empresas possuem,

em conjunto, 18,26% de participação no consórcio que opera o Campo de Frade, 18,26% do FPSO e dos Equipamentos Submarinos que operam no Campo e o mesmo percentual sobre as ações da Empresa Frade B.V., empresa localizada na Holanda, proprietária legal dos ativos importados sob o regime especial (REPETRO).

(c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto de COVID-19 causado pelo coronavírus Sars-Cov-2 configura uma pandemia. A pandemia, até a data deste Formulário de Referência, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. A Companhia vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à pandemia de COVID-19, com investimentos realizados até esta data que superaram R\$2.000 mil.

A Companhia possui um plano de contingência para a pandemia COVID-19 (PRIO00-HSE-PLN-0003) onde está estabelecido o sistema de testagem, acompanhamento dos casos positivos, bem como as medidas de orientação dos colaboradores que trabalham embarcados e no escritório. Dentre as medidas estabelecidas, além do disposto nos itens 3.3 e 7.9 deste Formulário de Referência, podemos destacar:

- compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados);
- realização de testes para controle de COVID-19 (RT-PCR, sorológico e PCR-antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros;
- disponibilidade de médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores;
- testagem semanal de todos os colaboradores do escritório;
- testagem pré-embarque de todos os colaboradores próprios e terceiros;

- estabelecimento de protocolo para desembarque dos colaboradores que testam positivo; e
- intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas e vídeos.

A Companhia determinou em 16 de março de 2020 regime remoto de trabalho para os colaboradores em funções administrativas. Até a data deste Formulário de Referência, poucos de seus colaboradores foram contaminados pela COVID-19.

Não houve perda de projetos como consequência da pandemia, apenas houve adiamento da campanha exploratória do Campo de Frade. A eficácia das ações implementadas permitiu a manutenção dos contratos e das atividades da Companhia e suas investidas, do orçamento previsto para o ano, sem perda de receita. Desta forma, a Administração da Companhia, com base no exercício de seu melhor julgamento, entendeu não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas à COVID 19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação da COVID 19 não geraram incertezas relacionadas à continuidade operacional da Companhia, *impairment* de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques, intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes e não houve a necessidade de revisão geral do plano orçamentário da Companhia e suas controladas, para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 e exercícios posteriores.

A Companhia obteve e pode vir a obter novas captações de empréstimos e financiamentos com o objetivo de reforçar o seu caixa durante a pandemia. Para mais informações sobre empréstimos e financiamentos captados pela Companhia até a data deste Formulário de Referência, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Todas as informações que a Administração da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.

Demonstrações Financeiras Pro Forma 2019 Não Auditadas

Em 25 de março de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de participação de 51,74% no Campo de Frade (e ativos operacionais relacionados) da Chevron e, em 1º de outubro de 2019, concluiu a

aquisição de uma participação adicional de 18,26% no Campo Frade (e ativos operacionais relacionados) da INPEX, que juntas são denominadas “Aquisições do Campo de Frade”. As aquisições se deram através da compra de 100% das ações das empresas Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda. (“Jaguar”), Chevron Frade LLC (“Frade LLC”), Petro Rio White Shark Petróleo Ltda (“White Shark”) e Inpex Offshore North Campos, Ltd. (“IONC”), além de 70% das ações da empresa Frade B.V. (“Frade BV”).

As seguintes informações financeiras *pro forma* não auditadas estão sendo incluídas neste documento devido à importância das Aquisições do Campo de Frade à Companhia como um todo e combina a demonstração de resultado consolidada auditada da PetroRio referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e dá efeito *pro forma* às Aquisições do Campo de Frade como se tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

Os ajustes *pro forma* não auditados são baseados em estimativas, informações disponíveis e certos pressupostos que a administração acredita serem razoáveis, factualmente favoráveis e diretamente atribuíveis às Aquisições do Campo de Frade. As informações financeiras *pro forma* não auditadas estão sendo fornecidas apenas para fins ilustrativos e não representam quais seriam os resultados de operações da Companhia se essas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019 e não se destinam a projetar os resultados de operações para qualquer período futuro. Qualquer um dos fatores subjacentes às estimativas e suposições pode mudar ou provar ser materialmente diferente.

Essa informação *pro forma* foi preparada de acordo com o OCPC06 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da Deliberação CVM 709 de 2013. Essas informações *pro forma* não são auditadas e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as notas que a acompanham. As colunas em dólares americanos são traduções livres dos valores correspondentes, convertidas diretamente das declarações originais em reais a uma taxa de câmbio de R\$5,6407 para US\$1,00 a partir de 30 de setembro de 2020.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019							
	I	II	II	II	II	II	III	IV
	Petro Rio Consolidado Divulgado	Jaguar	White Shark	Frade LLC	IONC	Frade BV	Ajuste	Pro Forma
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil) V
	(auditado)				(não auditado)			
Receita líquida	1.644.346	212.278	178.099	67.809	81.437	-	(149.246)	360.722
Custos de produtos/serviços	(940.379)	(209.518)	(143.608)	(85.186)	(81.437)	-	149.246	(1.310.882)
Resultado bruto	703.967	2.760	34.491	(17.377)	-	-	-	128.325
								723.841

Receita (despesa) operacional	174.289	42.249	354.000	(3.931)	472.769	-	(77.316)	170.557	962.060
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	878.256	45.009	388.491	(21.308)	472.769	-	(77.316)	298.882	1.685.901
Receitas (despesas) financeiras	(337.254)	(15.056)	(98.364)	336	(7.956)	801	(9.753)	(82.835)	(467.246)
Renda antes do imposto de renda e contribuição social	541.002	29.953	290.127	(20.972)	464.813	801	(87.069)	216.047	1.218.655
Provisão para impostos sobre renda e contribuição social	301.344	-	-	-	(1.311)	21	-	53.194	300.054
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	842.346	29.953	290.127	(20.972)	463.502	822	(87.069)	269.241	1.518.709

Notas:

(I) Esta coluna é derivada da demonstração de resultados consolidada auditada e histórica da Petro Rio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Reflete os resultados das operações do Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 51,74% para o período de 25 de março de 2019 a 1º de outubro de 2019 (após a aquisição da participação de 51,74% anteriormente detida pela Chevron no Campo de Frade) e a participação da Companhia de 70% para o período de 1º de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 (após a aquisição da participação de 18,26% anteriormente detida pela INPEX no Campo de Frade).

(II) Esta coluna apresenta (i) os resultados das operações no Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 51,74% no Campo de Frade para o período de 1º de janeiro de 2019 a 24 de março de 2019 e (ii) os resultados das operações no Campo de Frade atribuíveis à participação da Companhia de 18,26% para o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019.

(III) Esta coluna mostra os ajustes *pro forma* aplicados para refletir (i) a depreciação do efeito de alocação do preço em decorrência da aquisição do Campo de Frade, bem como os custos financeiros do empréstimo utilizado para esta aquisição, para o período de 1º de janeiro de 2019 a 24 de março de 2019, (ii) a depreciação do efeito de alocação do preço em decorrência da aquisição do Campo de Frade INPEX para o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019; e (iii) os efeitos dos procedimentos de consolidação, conforme demonstrado abaixo. O ajuste do valor de R\$ 149.246 mil refere-se à eliminação da receita do IONC e Frade LLC contra o custo consolidado da Companhia, uma vez que correspondem ao valor do leasing do FPSO para a Petro Rio White Shark Petróleo Ltda. e Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda.

	Petro Rio Consolidado Divulgado	Jaguar	White Shark	Frade LLC	IONC	Frade BV	Ajuste	Pro Forma
Receitas (despesas) operacionais (R\$ mil)	Auditado	Não auditado						
Despesas de geologia e geofísica	(595)	-	-	-	-	-	-	(595)
Despesas com pessoal	(48.245)	12.592	-	-	(1.120)	-	-	(36.773)
Despesas gerais e administrativas	(25.147)	(1.419)	(3.082)	(1.346)	(5.379)	-	-	(36.373)
Despesas com serviços de terceiros	(34.519)	(3.363)	(3.790)	-	(7)	-	-	(41.679)
Impostos e taxas	(11.130)	257	-	(8.668)	(7.535)	-	-	(27.076)
Despesa de depreciação e amortização	(126.080)	(2.109)	-	-	-	-	(77.316)	(205.505)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	420.005	36.291	360.872	6.083	486.810	-	-	1.310.061
Resultado operacional antes do resultado financeiro	174.289	42.249	354.000	(3.931)	472.769	-	(77.316)	962.060

	Petro Rio Consolidado Divulgado	Jaguar	White Shark	Frade LLC	IONC	Frade BV	Ajuste	Pro Forma
Receitas (despesas) financeiras (R\$ mil)	Auditado	Não auditado						
Receitas financeiras	377.142	27.724	138.893	336	47.981	825	-	592.901
Despesas financeiras	(714.396)	(42.780)	(237.257)	-	(55.937)	(24)	(9.753)	(1.060.147)
Total receitas (despesas) financeiras	(337.254)	(15.056)	(98.364)	336	(7.956)	801	(9.753)	(467.246)

(IV) Esta coluna representa a soma das colunas I, II e III.

(V) Somente para a conveniência do leitor, os valores em reais foram traduzidos para dólares americanos à taxa de câmbio (PTAX) de 30 de setembro de 2020 de R\$ 5,6407, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Proposta de Destinação dos Resultados (Anexo 9-1-II da ICVM 481)

ANEXO 9-1-II **DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS**

1. Informar o lucro líquido do exercício
Conforme os artigos 189 e 191 da Lei 6.404/1976, o resultado do exercício de 2020 foi deduzido de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não restando saldo a distribuir (Lucro Líquido).
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Não aplicável.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício substituído
Não aplicável.
4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Não aplicável.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Não aplicável.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direitos ao seu recebimento
Não aplicável.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Não aplicável.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Não aplicável.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
Não aplicável.

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores
Não aplicável.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para ao pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
A legislação brasileira e o Estatuto Social da Companhia exigem que esta distribua anualmente aos seus acionistas um dividendo obrigatório com base em um percentual mínimo do lucro líquido do ano fiscal anterior da Companhia ("Dividendo Obrigatório").

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Do saldo remanescente, a assembleia geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do Dividendo Obrigatório.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à: (i) formação de reserva para contingências; e (ii) distribuição de lucros aos acionistas mediante reversão das mesmas reservas para contingências formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela será destinada ao pagamento do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório aos acionistas, conforme abaixo definido;

(d) no exercício em que o montante do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório, abaixo definido, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com 35% (trinta e cinco por cento) até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito da Companhia observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital subscrito da Companhia; e

(g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela assembleia geral, observadas as prescrições legais.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo não inferior a 0,001% (zero vírgula zero zero um por cento) do lucro líquido do exercício (“Dividendo Anual Mínimo Obrigatório”), diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

O pagamento do Dividendo Obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido
Não aplicável.

11. Havendo retenção do Dividendo Obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Informar o montante da retenção
Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos
Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável
Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração para o Conselho Fiscal

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – ICVM 480)

Caso seja de interesse dos acionistas que o Conselho Fiscal permaneça em funcionamento, a Administração propõe a eleição dos seguintes candidatos para o exercício social corrente, conforme indicados abaixo.

Nome	Elias de Matos Brito	Gilberto Braga	Marco Antônio Peixoto Simões Velozo	Ronaldo dos Santos Machado	Cícero Ivan do Vale	Anderson Mascoto Peixoto
Data de Nascimento	28/07/1965	08/10/1960	18/03/1951	11/05/1965	08/06/1962	28/10/1970
Profissão	Contador	Economista	Economista	Contador	Contador	Contador
CPF/ ME	816.669.777-72	595.468.247-04	272.271.707-72	863.923.287-34	744.255.367-20	995.688.707-25
Cargo eletivo a ser ocupado	Titular	Titular	Titular	Suplente	Suplente	Suplente
Data da eleição	18.04.2019	18.04.2019	20.04.2020	18.04.2019	Não aplicável	Não aplicável
Data da posse	18.04.2019	18.04.2019	20.04.2020	18.04.2019	Não aplicável	Não aplicável
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos ou funções exercidas na PetroRio	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Indicado/Eleito pelo controlador	Não	Não	Não	Não	Não	Não
É membro independente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Número de mandatos consecutivos	2	2	0	2	Não aplicável	Não aplicável
Percentual de participação nas reuniões realizadas	100%	100%	0,00%	100%	Não aplicável	Não aplicável

ELIAS DE MATOS BRITO

Formado em Ciências Contábeis, pós-graduado em Finanças; Consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária. Sr. Elias é Perito Judicial Contábil do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, atuando em diversas Varas Cíveis e Empresariais e Câmaras Cíveis, é Perito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Perito do Tribunal Arbitral da CIESP e FIESP. Além disso, é conselheiro fiscal da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S/A. Foi conselheiro fiscal do Jornal O DIA e também foi liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro (atual BERJ). O Sr. Elias é professor de Finanças dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e do IBMEC, e é vice-presidente da Associação de Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Elias Brito declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

GILBERTO BRAGA

O Sr. Braga é economista pela Universidade Candido Mendes Ipanema (UCAM Ipanema). Graduado em Contabilidade pela Universidade Gama Filho (UGF) e M.Sc. em Administração com Especialização em Finanças/Mercado de Capitais, IBMEC. Professor Titular de Controladoria e Contabilidade (IBMEC, UFRJ, UCAM, FGV, PUC, Dom Cabral e outras). Perito Judicial do Tribunal de Justiça do RJ sob o nº 3392. Consultor Empresarial e Perito do Tribunal Arbitral da CIESP e FIESP. Conselheiro Fiscal da Santos Brasil e da Profarma. Colunista de Finanças dos jornais O Dia e O Globo (edição digital). Comentarista convidado dos telejornais da Rede Globo de Televisão e Globo News. O Sr. Gilberto Braga declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MARCO ANTÔNIO PEIXOTO SIMÕES VELOZO

O Sr. Marco Antônio Peixoto Simões Velozo é Formado em Economia e Ciências Contábeis, com MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC. Atua desde 1989 nas áreas de consultoria e auditoria, além de ter lecionado as matérias de Contabilidade Gerencial e Análise de Balanços na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atualmente é sócio da Vértice Auditoria, onde é responsável pela área técnica e da metodologia de auditoria, em linha com as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. Anteriormente foi gerente de auditoria da Arthur Andersen até 1996, quando deixou a empresa para fundar a Vértice Auditoria. O Sr. Marco Antônio Peixoto Simões Velozo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

RONALDO DOS SANTOS MACHADO

O Sr. Machado é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade), Rio de Janeiro e possui MBA – CONTABILIDADE E AUDITORIA pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente é sócio da empresa Exato Assessoria Contábil Ltda., escritório de contabilidade, auditoria, consultoria econômica, financeira e empresarial, desenvolvendo atividades típicas de um escritório contábil, trabalhos referentes à perícia judicial contábil. Profissional com mais de 13 anos de experiência no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, tendo ocupado os cargos de Analista Financeiro, Assistente de Planejamento, Gerente de Promoção e Propaganda e Gerente de Tesouraria. O Sr. Ronaldo dos Santos Machado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CÍCERO IVAN DO VALE

O Sr. Cícero é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade), possui Pós Graduação “Lato Sensu” em Ciências Contábeis pela Faculdade Getúlio Vargas – FGV e MBA Executivo em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Atualmente é perito contábil da Justiça Federal do Rio de Janeiro e sócio da empresa Vale Consultoria Empresarial Ltda., onde desenvolve trabalhos de consultoria na área contábil e fiscal e atuou em consultorias de empresas reconhecidas no mercado. Anteriormente, exerceu os cargos de gerente de planejamento e controle, financeiro e contábil, administrativo, coordenador contábil e auditor, além disso, foi professor na Faculdade Cândido Mendes, onde ministrou curso de Perícia Contábil por 3 anos. O Sr. Cícero Ivan do Vale declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ANDERSON MASCOUTO PEIXOTO

O Sr. Anderson é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pós graduado em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Atualmente é sócio da Vértice Auditoria desde 1999 exercendo, além da função de coordenador, atividades chave da empresa, como as metodologias de auditoria e administração. Anteriormente, foi gerente de controladoria na *Brazil Fast Food Corp.*, onde atualmente é membro do *Comitê de Compliance*, e trabalhou por 7 anos na Arthur Andersen desde assistente de auditoria até gerente de auditoria. O Sr. Anderson Mascouto Peixoto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer

condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Todos os candidatos a membros do Conselho Fiscal acima descritos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que inexistem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre eles e (i) os administradores da Companhia; (ii) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Todos os candidatos a membros do Conselho Fiscal acima descritos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os membros do nosso Conselho Fiscal e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
- b. controlador direto ou indireto da Companhia; e
- c. fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores
(Artigo 12 da ICVM 481 e Item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)

Montante Global da Remuneração Anual dos Administradores
(art. 152 da Lei nº 6.404/76)

A administração propõe para exame e deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração proposto para o exercício social de 2021, o valor total de até R\$ 23.000.800,00, em atendimento ao disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e conforme item 13 descrito abaixo.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

Os objetivos da remuneração são aumentar o engajamento dos administradores da Companhia com vistas a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, além de buscar alinhamento entre a Companhia e sua administração e dotar a Companhia de mecanismos eficazes para atrair, motivar e reter administradores para o cumprimento dos seus objetivos de médio e de longo prazo.

Tendo em vista o cenário atual da indústria e dando continuidade aos processos de redução e contenção de despesas da Companhia, a remuneração dos administradores prevista para o ano de 2021 seguirá as seguintes bases:

- Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem um valor fixo mensal e um montante de ações de emissão da PetroRio conferido em dação em pagamento quando encerrado seu mandato.

- Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem um valor fixo mensal, dentro dos limites previstos na Lei das Sociedades Anônimas.

- Diretores Estatutários:

Os Diretores Estatutários possuem uma remuneração fixa reduzida e haverá programa de remuneração variável vinculado à consecução de determinadas metas aprovadas pelo Conselho de Administração. Possuem também remuneração em ações.

- Comitê de Indicação (estatutário): Os membros do Comitê de Indicação, que também são membros do Conselho de Administração, não recebem remuneração adicional por participarem deste Comitê.

- Comitê de Auditoria (estatutário):

Os membros do Comitê de Auditoria, que também são membros do Conselho de Administração, não recebem remuneração adicional por participarem deste Comitê. Os demais recebem valor fixo mensal, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

- Comitê de Ética e *Compliance* (não estatutário):

Os membros do Comitê de Ética e *Compliance* não são membros do Conselho de Administração e não recebem remuneração adicional por participarem deste Comitê.

b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração.

b (i) Descrição dos elementos e objetivos da remuneração:

Conselho de Administração:

- Remuneração fixa:

Pró-Labore: honorário fixo mensal

Dação em pagamento: Dação em pagamento por meio de ações de emissão da PetroRio, a ser percebida ao final do mandato ou quando deixarem de exercer o cargo (neste caso o montante será devido *pro rata temporis*), desde que o conselheiro tenha cumprido com todas as obrigações legais e regulamentares atinentes ao cargo. Ditas ações terão *lock-up* de 6 (seis) meses contados do seu efetivo recebimento.

- Benefícios diretos: não é praticado.
- Remuneração variável: não está prevista para 2021.
- Remuneração baseada em ações: não está prevista para 2021.

Diretoria Estatutária:

- Remuneração fixa - *Pró-Labore*: honorário fixo mensal.
- Benefícios diretos: auxílio alimentação e refeição (*ticket*), plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida.
- Remuneração variável: um modelo de remuneração variável será aplicável em 2021, incorporando gatilhos financeiros para estimular os Diretores a alcançarem os resultados, preservando os interesses dos acionistas.

Conselho Fiscal (quando instalado):

- Remuneração fixa - *Pró-Labore*: honorário fixo mensal.
- Benefícios diretos: não é praticado.
- Remuneração variável: não é praticada.
- Remuneração baseada em ações: não é praticada.

b (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total da Administração nos três últimos exercícios sociais:

2020

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros				
Remuneração	6,75	2,25	3	12
Fixa				
% Total				
Remuneração	100%	9,30%	100%	18,56%
Fixa				

% Total Remuneração Variável	0,00%	26,04%	0,00%	23,38%
% Total Baseado em Ações	0,00%	64,66%	0,00%	58,05%
% Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

2019

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros				
Remuneração Fixa	5,5	3,42	3	11,92
% Total Remuneração Fixa	100,00%	13,64%	100,00%	21,06%
% Total Remuneração Variável	0,00%	29,64%	0,00%	27,10%
% Total Baseado em Ações	0,00%	56,72%	0,00%	51,84%
% Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

2018

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros				
Remuneração Fixa	5	2,67	3	10,67
% Total Remuneração Fixa	100,00%	12,57%	100,00%	21,46%
% Total Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% Total Baseado em Ações	0,00%	87,43%	0,00%	78,54%
% Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

b (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, é definido pela Assembleia Geral da Companhia.

Conselho de Administração

A remuneração fixa dos membros titulares do Conselho de Administração é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários) acrescida de dação em pagamento por meio de ações de emissão da PetroRio, a ser percebida ao final do mandato ou quando deixarem de exercer o cargo (neste caso o montante será devido *pro rata temporis*), desde que o conselheiro tenha cumprido com todas as obrigações legais e regulamentares atinentes ao cargo e observado que as referidas ações terão *lock-up* de 6 (seis) meses contados do seu efetivo recebimento. A definição do valor global a ser pago ao Conselho de Administração é realizada em sede de assembleia geral de acionistas. Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos diretores estatutários é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, em uma parcela reduzida, e uma parcela de remuneração variável mais relevante. A partir de 2017, a Companhia passou a outorgar opções sobre ações como mecanismo de alinhamento com os acionistas e retenção.

Os benefícios diretos e indiretos oferecidos aos administradores são auxílio alimentação e refeição (*ticket*), plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são calculados de acordo com a prática de mercado.

Conselho Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, caso este seja instalado, será representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários), tendo como referência o valor de 10% da remuneração que, em média, é atribuída aos diretores estatutários, conforme artigo 162 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal também têm legalmente garantido o direito a reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, sendo certo que eventuais membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. Não há remuneração variável para os membros do Conselho Fiscal.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Indicação que não fazem parte do Conselho de Administração, têm sua remuneração representada pelo pagamento de parcela fixa mensal (honorários).

b (iv) razões que justificam a composição da remuneração:

A composição das práticas de remuneração adotadas pela Companhia justifica-se pela sua situação financeira e o encorajamento para alcançar resultados de curto e de longo prazo com geração de valor para os acionistas.

b (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para a existência desse fato:

Todos os membros da Administração da Companhia são remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a Diretoria, a Companhia utiliza um modelo de parcela fixa abaixo dos valores praticados pelo mercado e ajustada à sua realidade financeira, complementada com uma remuneração variável atrelada à obtenção de resultados.

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e utilizados para medição de resultados dos Diretores são EBITDA, fluxo de caixa, receita operacional, cumprimento orçamentário, eficiência operacional e segurança, além de outros indicadores específicos das diversas diretorias. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não possuem modelo de remuneração vinculado a indicadores de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

O elemento variável da remuneração da Diretoria é apurado anualmente e leva em consideração metas estabelecidas para a Companhia e para cada administrador. A determinação de metas é resultado de um processo de desdobramento, de modo que o atingimento das metas contribua com os resultados da Companhia.

O pagamento da remuneração variável está condicionado pelo atingimento mínimo de indicadores de desempenho da Companhia (gatilho).

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não possuem modelo de remuneração vinculado a indicadores de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A prática de remuneração adotada pela Companhia está vinculada à sua necessidade premente de sustentabilidade financeira combinada com o encorajamento para o atingimento de resultados.

O modelo de remuneração variável está baseado na consecução de metas e, portanto, os resultados da Companhia e dos seus administradores influenciarão os valores a serem pagos como bônus anual.

O alinhamento no médio e longo prazo deve ser resultado da consistência no atendimento de metas anuais e valorização das ações da Companhia. Apesar de não estarem sujeitos a um sistema de metas, os membros do Conselho de Administração receberão ações de emissão da Companhia em dação em pagamento a ser percebida ao final do mandato ou quando deixarem de exercer o cargo (neste caso o montante será devido *pro rata temporis*), alinhando o seu interesse no incremento do valor de mercado da PetroRio.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve remuneração suportada por subsidiárias, conforme demonstrado na tabela constante do item 13.15.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Os administradores da Companhia não possuem nenhum benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i). os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

A Assembleia Geral Ordinária valida anualmente o limite global da remuneração para os administradores. O Conselho de Administração é responsável pela fixação dos valores pagos aos Diretores da Companhia, especialmente os referentes à emissão de opções. Até a data não existe Comitê de Remuneração.

ii). critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Não existem estudos de remuneração para definir os valores pagos individualmente. A definição da remuneração individual depende das possibilidades financeiras da Companhia e do desempenho individual.

iii). com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho avalia a adequação da política de remuneração quando o considera adequado. Normalmente ocorre uma vez por ano.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	2,83	3	12,83
Nº de Membros Remunerados	7	2,83	3	12,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.260.000	1.680.000	360.000	3.300.000
Benefícios direto e indireto		312.000		312.000
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	252.000	336.000	72.000	660.000

Remuneração variável				
Bônus	-	6.700.000	-	6.700.000
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego				
Cessação do Cargo				
Baseada em Ações		12.028.800		12.028.800
Total da remuneração	1.512.000	21.056.800	432.000	23.000.800

(1) A média prevista para o número de membros do Conselho de Administração em 2021 é de 7 membros. Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

(2) A média prevista para o número de membros da Diretoria em 2021 é de 2,83 (2 membros de janeiro a dezembro 2021 e 1 membro de março a dezembro 2021). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) A média prevista para o número de membros do Conselho Fiscal em 2021 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2021). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº007/2011.

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,75	2,25	3	12
Nº de Membros remunerados	6,75	2,25	3	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.215.000	1.080.000	360.000	2.655.000
Benefícios direto e indireto		248.400	0	248.400

Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	243.000	216.000	72.000	531.000
Remuneração variável				
Bônus		4.326.000	0	4.326.000
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0
Baseada em Ações	0	10.740.000	0	10.740.000
Total da remuneração	1.458.000	16.610.400	432.000	18.500.400

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2020 é de 6,75 (6 membros de janeiro a março e 7 membros de abril a dezembro 2020). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

(2) A média para o número de membros da Diretoria em 2020 é de 2,25 (2 membros de janeiro a dezembro 2020 e 1 membro de janeiro a março/2020). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2020 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2020). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº007/2011.

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,5	3,42	3	11,92
Nº de Membros remunerados	5,5	3,42	3	11,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.003.000	1.743.771	360.000	3.106.771

Benefícios direto e indireto	0	279.308	0	279.308
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	200.600	348.754	72.000	621.354
Remuneração variável				
Bônus	0	5.154.883	0	5.154.883
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0
Baseada em Ações	0	9.862.785	0	9.862.785
Total da remuneração	1.203.600	17.389.501	432.000	19.025.101

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2019 é de 5,5 (4 membros de janeiro a fevereiro, 5 membros de março a abril e 6 membros de maio a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

(2) A média para o número de membros da Diretoria em 2019 é de 3,42 (3 membros de janeiro a julho e 4 de agosto a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2018 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	2,67	3	10,67
Nº de Membros remunerados	5	2,67	3	10,67

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	923.000	1.263.333	360.000	2.546.333
Benefícios direto e indireto	0	194.273	0	194.273
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	184.600	252.667	72.000	509.267
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0
Baseada em Ações	0	11.894.496	0	11.894.496
Total da remuneração	1.107.600	13.604.769	432.000	15.144.369

(1) A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2018 é de 5 (5 membros de janeiro a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

(2) A média para o número de membros da Diretoria em 201 é de 2,67 (2 membros de janeiro a abril e 3 de maio a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(3) A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2018 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

(4) As contribuições previstas para o INSS pagas pelo empregador estão indicadas no item "outros", conforme orientação do Ofício circular Ofício-Circular/CVM/SEP/nº007/2011.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o exercício social de 2021:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7	2,83	3	12,83
Nº de Membros remunerados	7	2,83	3	12,83
Bônus				
Valor mínimo previsto	-	-	Não aplicável	-
Valor máximo previsto	-	6.700.000	Não aplicável	6.700.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.700.000	Não aplicável	6.700.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

Remuneração variável no exercício social de 2020:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,75	2,25	3	12
Nº de Membros remunerados	6,75	2,25	3	12
Bônus				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	4.326.000	Não aplicável	4.326.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	4.326.000	Não aplicável	4.326.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não há

Não há

Não aplicável

Valor efetivamente reconhecido no resultado

Não aplicável

Não aplicável

Não aplicável

(1) A previsão acima baseou-se nos resultados da Companhia para o ano de 2019. A diferença entre este valor e o bônus da Diretoria para o mesmo período mencionado no item 13.3 se deve à atualização dos índices estabelecidos anteriormente em tal item, levando em consideração os resultados preliminares no início de 2020.

Remuneração variável no exercício social de 2019:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,50	3,42	3	11,92
Nº de Membros remunerados	5,50	3,42	3	11,92
Bônus				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	5.154.883	Não aplicável	5.154.883
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.154.883	Não aplicável	5.154.883
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor máximo previsto	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não aplicável	
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

Remuneração variável no exercício social de 2018:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	2,67	3	10,67
Nº de Membros remunerados	5	2,67	3	10,67
Bônus				
Valor mínimo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor máximo previsto	0	0	Não aplicável	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas	0		Não aplicável	0

estabelecidas atingidas	fossem			
Valor efetivamente reconhecido no resultado		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto		Não há	Não há	Não aplicável
Valor máximo previsto		Não há	Não há	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		Não há	Não há	Não aplicável
Valor efetivamente reconhecido no resultado		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

(1) A previsão acima baseou-se nos resultados da Companhia para o ano de 2017. A diferença entre este valor e o bônus da Diretoria para o mesmo período mencionado no item 13.3 se deve à atualização dos índices estabelecidos anteriormente em tal item, levando em consideração os resultados preliminares no início de 2018.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) termos e condições gerais:

Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2017.

Poderão participar do Plano de Opção todos os Diretores e colaboradores da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. Os Participantes deverão ser aprovados como elegíveis à outorga de Opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

b) principais objetivos do plano:

Para o plano acima mencionados, os objetivos eram: (i) estimular o aprimoramento da administração e a expansão da Companhia em longo prazo, alinhando os interesses dos beneficiários com os da Companhia e de seus acionistas; e (ii) atrair, motivar e reter na Companhia e em suas controladas profissionais altamente qualificados, incentivando-os a atingir as metas da Companhia e a ter um compromisso de longo prazo com o desempenho e o desenvolvimento da mesma.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos:

Na medida em que os planos de remuneração em questão previam a possibilidade dos colaboradores se tornarem acionistas da Companhia, entendeu-se que funcionariam como um poderoso estímulo na busca dos objetivos estratégicos da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

Conforme mencionado anteriormente, a implementação do plano conferia alinhamento de interesses entre acionistas e administração, com vista aos objetivos de crescimento no curto, médio e longo prazos da Companhia.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O plano permite à Companhia alinhar os interesses dos administradores, que seriam beneficiados de acordo com o desempenho das ações da Companhia e com o atingimento das metas definidas no Plano de Trabalho Anual, na época em vigor. Havia, ainda, o estímulo à constante melhoria na gestão e a permanência dos administradores e colaboradores-chave no longo prazo.

f) número máximo de ações abrangidas:

Com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A. poderão ser outorgadas, por meio de cada Programa, Opções que poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 9,00% (nove por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas:

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A. poderão ser outorgadas, um número de Ações que não exceda 9,00% (nove por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

h) condições de aquisição de ações:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções poderão ser exercidas conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., o preço de emissão ou preço de compra (caso a Companhia opte por utilizar Ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções) das Ações a serem adquiridas pelos Participantes do Plano de Opção em decorrência do exercício das Opções (“Preço de Exercício”) será determinado pelo Conselho de Administração ao tempo do lançamento do Programa aplicável, utilizando por base (i) a média aritmética simples das cotações de fechamento das ações ordinárias nominativas da Petro Rio S.A. (PRIO3) na B3 correspondente aos pregões do último trimestre do exercício social anterior ao da outorga, com um desconto de 20% (vinte por cento), na hipótese do beneficiário das Opções ser um Participante Opção I; e (ii) a média aritmética simples das cotações de fechamento das

ações ordinárias nominativas da Petro Rio S.A. (PRIO3) na B3 correspondente aos pregões do último trimestre do exercício social anterior ao da outorga, com um desconto máximo de 10% (dez por cento), na hipótese do beneficiário das Opções ser um Participante Opção II.

j) critérios para fixação do prazo de exercício:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções terão carência conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

k) forma de liquidação:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., as opções serão liquidadas por meio de emissão de ações ou entrega de ações em tesouraria conforme os diferentes Programas aprovados pelo Conselho de Administração.

l) restrições à transferência das ações:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., os membros do Conselho de Administração estabelecerão, em cada Programa e/ou Contrato de Opção, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia a cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes, de maneira geral.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Em relação ao Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A., na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas Ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos de Opção dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Em casos de alteração do número, tipo e classe das ações da Companhia devido a desdobramento de ações, bonificações, grupamentos, fusão de ações e emissão de ações bonificadas, bem como de conversão das ações ordinárias subjacentes às opções em outros títulos emitidos pela Companhia, deveriam ser feitos os ajustes necessários nos contratos de opção.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Plano de Opção de Compra de Ações da Petro Rio S.A

Observado o disposto nos itens acima e o que vier a ser aprovado pelo Conselho de Administração, na hipótese de término do vínculo dos Participantes com a Companhia por solicitação dos Participantes, despedida com ou sem justa causa, destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, mas ainda não sejam exercíveis. Caso o Participante Opção I tenha optado por utilizar parte do Bônus para pagamento do Preço de Exercício, a Companhia restituirá o valor líquido do Bônus ao respectivo Participante Opção I na forma prevista no respectivo Contrato de Opção. O Participante Opção II não fará jus a qualquer valor.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia realizou distribuição baseada em ações em 2018, 2019 e 2020, bem como a previsão para 2021, conforme informações a seguir:

	Diretoria					Décimo Primeiro Programa de Opções Ações da Petro Rio S.A
	Primeiro Programa de Opção de Compra Ações da Petro Rio S.A.	Quarto Programa de Opção de Compra Ações da Petro Rio S.A.	Sexto Programa de Opção de Compra Ações da Petro Rio S.A.	Sétimo Programa de Opção de Compra Ações da Petro Rio S.A.	Nono Programa de Opção de Compra Ações da Petro Rio S.A.	
	2018	2018	2019	2019	2020	
Número de membros	2,67	3	3	3	4	2,83
Data(s) da(s) outorga(s)	25/01/2018	05/11/2018	28/02/2019	28/02/2019	19/03/2020	03/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	Opções corresponde ntes a	Opções corresponde ntes a	Opções corresponde ntes a	Opções corresponde ntes a	Opções corresponde ntes a	Opções corresponde te a
	221.442 ações	137.112 ações	66.650 ações	59.242 ações	316.800 ações	252.621 ações

Prazo para que as ações se tornem exercíveis	1º lote das opções podem ser exercidas após 1 mês de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 11 meses de outorga. 3º lote das opções podem ser exercidas após 23 meses de outorga. 4º lote das opções podem ser exercidas após 35 meses de outorga.	1º lote das opções podem ser exercidas após 2 meses de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 14 meses de outorga. 3º lote das opções podem ser exercidas após 26 meses de outorga. 4º lote das opções podem ser exercidas após 38 meses de outorga.	1º lote das opções podem ser exercidas após 10 meses de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 22 meses de outorga.	1º lote das opções podem ser exercidas após 10 meses de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 22 meses de outorga. 3º lote das opções podem ser exercidas após 34 meses de outorga. 4º lote das opções podem ser exercidas após 46 meses de outorga.	1º lote das opções podem ser exercidas após 10 meses de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 22 meses de outorga. 3º lote das opções podem ser exercidas após 34 meses de outorga. 4º lote das opções podem ser exercidas após 46 meses de outorga.	1º lote das opções podem ser exercidas após 8 meses de outorga. 2º lote das opções podem ser exercidas após 20 meses de outorga. 3º lote das opções podem ser exercidas após 32 meses de outorga. 4º lote das opções podem ser exercidas após 44 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das ações	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.

Prazo de restrição à transferência de ações	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	O Beneficiário poderá vender as ações adquiridas ou subscritas em razão do exercício das Opções somente após 10 dias, contados a partir da data do exercício das Opções ("Período de Restrição"), respeitados os eventuais períodos de restrição à negociação de ações, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes						
Em aberto no início do exercício social	R\$ 54,70	R\$ 54,70	R\$ 86,27	R\$ 97,06	R\$ 19,53	R\$ 39,68
Perdas durante o exercício social						
Exercidas durante o	R\$ 54,70	NA	NA	NA	NA	NA

exercício social						
Expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 9.160.625,00	R\$ 9.598.221,32	R\$ 5.152.199,06	R\$ 4.871.753,26	R\$ 1.269.834,60	R\$ 10.024.000
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,66%	1,03%	0,50%	0,44%	0,22%	0,14%
Quantidade de opções outorgadas	221.442	137.112	66.650	59.242	316.800	252.621
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 9.160.625,00	R\$ 9.598.221,32	R\$ 5.152.199,06	R\$ 4.871.753,26	R\$ 1.269.834,60	R\$ 10.024.000
Capital Social (# de ações)	13.336.517 Capital Social em 31/12/2018	13.336.517 Capital Social em 31/12/2018	13.336.517 Capital Social em 31/12/2018	13.336.517 Capital Social em 31/12/2018	143.185.890 Capital Social em 31/12/2019	144.685.660 Capital Social em 31/12/2020
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,66%	1,03%	0,50%	0,44%	0,22%	0,14%

outorgadas						
------------	--	--	--	--	--	--

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; e (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

	Primeiro Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Quarto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sexto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sétimo Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Nono Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.
	25/01/2018	05/11/2018	27/02/2019	27/02/2019	19/03/2020
Número de membros	2,67	3	3	3	4

Em relação às opções ainda não exercíveis

i. quantidade	221.442 ações	137.112 ações	66.650 ações	59.242 ações	316.800 ações
ii. data em que se tornarão existentes	1º Vesting - Data 01/03/2018 2º Vesting - Data 01/01/2019 3º Vesting - Data 01/01/2020 4º Vesting - Data 01/01/2021	1º Vesting - Data 01/01/2019 2º Vesting - Data 01/01/2020 3º Vesting - Data 01/01/2021 4º Vesting - Data 01/01/2022	1º Vesting - Data 01/01/2020 2º Vesting - Data 01/01/2021	1º Vesting - Data 01/01/2020 2º Vesting - Data 01/01/2021 3º Vesting - Data 01/01/2022 4º Vesting - Data 01/01/2023	1º Vesting - Data 01/01/2021 2º Vesting - Data 01/01/2022 3º Vesting - Data 01/01/2023 4º Vesting - Data 01/01/2024
iii. prazo máximo para exercício das opções	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.

v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 54,70	R\$ 54,70	R\$ 86,27	R\$ 97,06	R\$ 19,53
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social					

Em relação às opções exercíveis

i. quantidade	221.442	137.112	66.650	59.242	316.800
ii. prazo máximo para exercício das opções	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 54,70	R\$ 54,70	R\$ 86,27	R\$ 97,06	R\$ 19,53
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções exercidas, informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (e) em relação às opções entregues, informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

	Diretoria Estatutária				
	Primeiro Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Quarto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sexto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sétimo Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Nono Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.
	25/01/2018	05/11/2018	27/02/2019	27/02/2019	19/03/2020
Número de membros	3	3	3	3	4
Em relação às opções exercidas					
i. quantidade ⁽²⁾	221.442	119.973	66.650	32.199	58.884
ii. preço médio ponderado do exercício	R\$ 54,70	R\$ 54,70	R\$ 86,27	R\$ 97,06	R\$ 19,53
iii. preço mercado na data concessão	R\$ 91,50	R\$ 118,00	R\$ 152,44	R\$ 152,44	R\$ 11,67
iv. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas ⁽¹⁾					
Em relação às opções entregues					
i. quantidade	221.442	137.112	66.650	59.242	316.800
ii. preço médio ponderado de aquisição	R\$ 54,70	R\$ 54,70	R\$ 86,27	R\$ 97,06	R\$ 19,53
iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas ⁽¹⁾	R\$ 8.149.065,60	R\$ 8.679.189,60	R\$ 4.410.230,50	R\$ 3.280.821,96	- R\$ 2.490.048,00

O valor de mercado considerado para cálculo da diferença corresponde ao valor justo da opção na data da outorga.

(1) Ajustado para considerar o agrupamento das ações de emissão da Companhia, aprovado em 24 de junho de 2014 e efetivado em 04 de agosto de 2014.

No ano de 2016 e 2017 não houve exercício de opções nem ações entregues para o Conselho de Administração nem para a Diretoria Estatutária.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

	Primeiro Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Quarto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sexto Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Sétimo Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Nono Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.	Décimo Primeiro Programa de Opção de Compra das Ações da Petro Rio S.A.
Modelo de precificação	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton
Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 38 meses.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 41 meses.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 25 meses.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 49 meses.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 49 meses.	(i) período de maturação das opções; (ii) a volatilidade média de 64,7% por ação foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações; (iii) a taxa média de retorno livre de risco de 7,6%; e (iv) a duração do plano de 49 meses.
Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Forma de determinação da volatilidade esperada	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações

se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração do seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----	-----	-----	-----

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão.

2020

	Petro Rio S.A.		Petro Rio O&G		Petro Rio Internacional		Petro Rio USA	
	Ações	Particip	Cotas	Particip	Ações	Particip	Ações	Particip
Participação Direta								
Conselho de Administração	5.465.072	3,78%	0	0	0	0	0	0
Diretoria	133.310	0,09%	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0	0	0	0	0

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) nome do plano; (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (f) condições para se aposentar antecipadamente; (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de previdência em vigor.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:

Valores Anuais 2020

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Nº de Membros	2,25	6,75	3
Nº de Membros remunerados	2,25	6,75	3
Valor da maior remuneração (Reais)	9.086.400	180.000	120.000
Valor da menor remuneração (Reais)	2.887.600	45.000	30.000
Valor médio da remuneração (Reais)	5.420.133	121.500	90.000

Valores Anuais 2019

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Nº de Membros	3,42	5,50	3,00
Nº de Membros remunerados	3,42	5,50	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	5.159.519	216.000	144.000
Valor da menor remuneração (Reais)	4.780.510	216.000	144.000
Valor médio da remuneração (Reais)	4.970.015	216.000	144.000

Diretoria Estatutária

Valor apurado com a exclusão de membros da Diretoria Estatutária que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A média para o número de membros da Diretoria em 2019 é de 3,42 (3 membros de janeiro a julho e 4 de agosto a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item

13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram considerados apenas os diretores que exerceram os cargos nos últimos 12 meses. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Conselho de Administração

Valor apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2019 é de 5,5 (4 membros de janeiro a fevereiro, 5 membros de março a abril e 6 membros de maio a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Conselho Fiscal

A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2019 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2019). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que

renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Valores Anuais 2018

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Nº de Membros	2,67	5,00	3,00
Nº de Membros remunerados	2,67	5,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	7.017.906	216.000	144.000
Valor da menor remuneração (Reais)	4.916.876	201.600	144.000
Valor médio da remuneração (Reais)	5.967.391	208.800	144.000

Diretoria Estatutária

A média para o número de membros da Diretoria Estatutária em 2018 é de 2,67 (Dois membros de janeiro a abril e três de maio a dezembro). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores estatutários da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores estatutários do mês em questão.

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram considerados apenas os diretores que exerceram os cargos nos últimos 12 meses. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Conselho de Administração

A média para o número de membros do Conselho de Administração em 2018 é de 5,0 (cinco membros de janeiro a dezembro de 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de conselheiros da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de conselheiros do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item 13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Conselho Fiscal

A média para o número de membros do Conselho Fiscal em 2018 é de 3 (3 membros de janeiro a dezembro 2018). Adicionalmente: (i) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos até o dia 15 de cada mês, não são considerados para a determinação do número de diretores da Companhia no âmbito deste item 13; (ii) membros destituídos ou que renunciarem aos seus respectivos cargos após o dia 15 de cada mês são considerados no cômputo de diretores do mês em questão. Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual observou-se a orientação do Ofício Circular CVM nº 001/2013, item 9.2.13 sub-item j, de forma que foram consideradas as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, nos últimos 12 meses, sem a exclusão de membros. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

O cálculo do valor médio da remuneração do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 13.2, pelo número de membros informado no item

13.2 para o respectivo órgão. A título de informação, no cálculo está acrescido o valor da linha "Outros", correspondente às contribuições para o INSS por parte da Companhia.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, assim como das suas subsidiárias, são cobertos por apólices de seguros para Conselheiros e Diretores ("D&O"), com abrangência em todo o território nacional. O referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos Administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de fatos relacionados às suas funções na Companhia e em suas subsidiárias. A importância segurada para esta Apólice é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Quando do encerramento do exercício social de 2020, 2019 e 2018 a Companhia não possuía partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, tendo em vista a inexistência de acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve nenhum valor pago como comissões, serviços de consultoria ou assessoria prestada para nenhum administrador da Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Foram reconhecidos no resultado de controladas do emissor, os valores descritos nas tabelas abaixo, como remuneração recebida em função do exercício de cargos de Diretoria em controladas, bem como remuneração suportada por controladas em função de cargos exercidos no emissor:

Exercício Social de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Abaixo, indicamos a proporção de cada elemento da remuneração recebida em função do exercício de cargos de Diretoria em controladas, bem como remuneração suportada por controladas em função de cargos exercidos no emissor:

Exercício Social de 2020

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
Baseado em Ações	-	-	-
Cessaçao de Cargo	-	-	-

Total	-	-	-
-------	---	---	---

Exercício Social de 2019

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
Baseado em Ações	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-
Total	-	-	-

Exercício Social de 2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
Baseado em Ações	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-
Total	-	-	-